

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PRÁTICA ESPORTIVA: CONTRIBUIÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL**

VANESSA CRISTHIANA GRANDO

FLORIANÓPOLIS

2013

VANESSA CRISTHIANA GRANDO

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PRÁTICA ESPORTIVA: CONTRIBUIÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Serviço Social.**

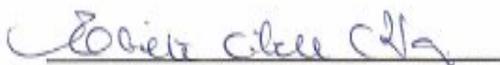
**Orientadora: Prof^a. Dr^a Eliete Cibele
Cipriano Vaz**

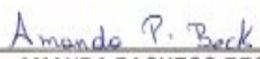
FLORIANÓPOLIS

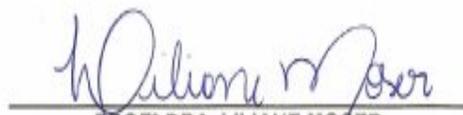
2013

Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

BANCA EXAMINADORA


PROFª DRA. ELIETE CIBELE CIPRIANO VAZ
Departamento de Serviço Social – UFSC
Presidente


AMANDA PACHECO BECK
Técnica de Esporte e Lazer
Associação de pais, amigos e pessoas com deficiência, de funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB
1ª Examinadora


PROFª DRA. LILIANE MOSER
Departamento de Serviço Social – UFSC
2ª Examinadora

FLORIANÓPOLIS

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me proporcionado uma vida repleta de alegria, saúde e uma família maravilhosa.

Agradeço aos meus pais, que sempre batalharam para me proporcionar uma educação excelente, ensinando os melhores princípios, dentre eles, ser uma pessoa honesta. Quando penso em vocês, penso em carinho, amor, dignidade e perseverança, pois apesar dos obstáculos encontrados, conseguiram traçar um belo caminho. Amo vocês imensamente e tudo que sou é graças aos dois.

Não posso deixar de agradecer ao meu namorado Kelvyn, que está sempre comigo, me dando força e carinho e, planejando o futuro junto comigo. Amo você! Obrigada por tudo, és um excelente namorado.

Agradeço as profissionais da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB), que todos os dias contribuíram para minha formação, me ensinando como trabalhar e como lidar com os usuários. Com certeza esta equipe estará marcada como grande incentivadora.

Não poderia deixar de agradecer a minha orientadora Eliete, sempre disponível, atenciosa, graças a sua colaboração foi possível realizar este trabalho. Obrigada!

Além disso, agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, em especial aos profissionais do Departamento de Serviço Social, por oportunizarem a minha formação acadêmica.

"Felizes são aqueles que conseguem transpassar a cortina do seu dinheiro, status social e títulos acadêmicos e se apaixonar pela vida, enxergando que cada ser humano é um ser único no palco da existência. Para esses, cada dia é um novo dia. A solidão e o tédio foram banidos dos seus labirintos, e os seus sofrimentos se tornaram alimentos que sustentam uma alegria superior"

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema principal a prática esportiva para pessoas com deficiência e o Serviço Social como importante articulador, nesse processo. Devido à experiência de estágio na Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB), foi possível identificar os benefícios que atividade física do Programa de Esporte desta instituição proporciona para as pessoas com deficiência e suas famílias. A partir deste serviço oferecido às pessoas com deficiência, diferentes demandas surgem e, é nesta perspectiva que o Serviço Social busca trabalhar com o usuário ao longo de sua participação na atividade. Os profissionais do Serviço Social são parte fundamental neste trabalho interdisciplinar desenvolvido na instituição. Contudo, eles não atingem os objetivos sozinhos, sendo necessário o trabalho conjunto com profissionais da Educação Física. A obra *“Inclusão: construindo uma sociedade para todos”* do autor Romeu Sassaki (1997), foi um referencial muito importante para dar aporte teórico ao presente trabalho, além do livro produzido pela Secretaria de Direitos Humanos de Brasília em 2010: *“História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”*. Pelo fato de abordar a temática da pessoa com deficiência, este trabalho apresenta, em uma de suas seções, um panorama histórico de como eram tratadas estas pessoas, no Brasil, antigamente, e como se encontra este quadro nos dias de hoje. Ressaltamos também, aspectos importantes sobre a legislação vigente e sobre o funcionamento da APABB, do seu Programa de Esporte (PE) e dos benefícios concretos da prática esportiva. Concluimos, portanto, que a inserção e participação das pessoas com deficiência é fundamental para o desenvolvimento de sua sociabilidade nos diversos espaços de relações humanas.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Prática Esportiva; Esporte Educacional; Serviço Social.

LISTA DE SIGLAS

ACESA	Associação Catarinense de Esporte Adaptado
ACIC	Associação Catarinense para Integração do Cego
AFLODEF	Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos
APABB	Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BB	Banco do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CASSI	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil
CEFID	Centro de Ciências da Saúde e do Esporte
CESG	Centro Educacional São Gabriel
CF	Constituição Federal
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e Adolescente
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
FCEE	Fundação Catarinense de Educação Especial
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
GT	Grupo de trabalho
IAA	Instabilidade Atlantoaxial
IEE	Instituto Esporte & Educação
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
NR SC	Núcleo Regional Santa Catarina
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Programa de Esporte
RAM	Relatório Mensal de Atividade
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO	11
1.1 Legislações pertinentes.....	11
1.2 Aspectos conceituais.....	14
1.3 Principais instituições de atendimento à pessoa com deficiência	19
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA APABB NO BRASIL E EM SC	23
2.1 Principais núcleos	24
2.2 Finalidades	25
2.3 O núcleo da APABB em Santa Catarina	26
2.4 Contextualizando o histórico do Serviço Social na APABB.....	31
3 O PE NA APABB SANTA CATARINA	34
3.1 A equipe	37
3.2 Recursos financeiros e divulgação do programa.....	40
3.3 Academia	41
3.4 Atividade Aquática e Natação	42
3.5 Movimento Terapêutico	43
3.6 Os benefícios da atividade esportiva para pessoas com deficiência.....	44
3.7 A intervenção do Serviço Social na área da pessoa com deficiência.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o tema da prática esportiva para pessoas com deficiência.

O interesse pela temática foi motivado pelo desenvolvimento de estágio curricular obrigatório em Serviço Social, durante o ano de 2012, na Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB), localizada na marginal da BR 101, Km 205 nº 357, bairro Floresta, município de São José, Santa Catarina (SC).

Durante a permanência enquanto estagiária do Núcleo Regional SC da APABB, houve contato com todos os programas e projetos desenvolvidos pela instituição, dentre eles o Programa de Esporte (PE). Nesta perspectiva, foi possível perceber a importância da prática esportiva para pessoas com deficiência, tendo em vista os ganhos com a referida prática no cotidiano desse segmento. Cabe salientar que os benefícios dessa prática são diversos, auxiliando no equilíbrio, no sistema cardiovascular, na postura, coordenação motora, entre outros. Contudo, os ganhos com atividade física não se restringem somente a melhorias físicas, mas também permitem a ampliação da inserção social, contribuindo para o campo da sociabilidade com as demais pessoas (com deficiência e sem deficiência) e proporcionando o contato com diferentes deficiências, onde cada participante compartilha seus limites e habilidades específicas. Neste sentido Weinberg e Gould (1999, p. 331) consideram que:

A sociabilidade é um dos mais importantes fatores motivacionais para a prática de atividades físicas. Dessa forma a maior tendência para se manter praticando alguma atividade esportiva é o estabelecimento de metas pessoais e pode estar relacionada com a busca de estar integrados dentro de um determinado grupo.

Através do esporte educacional, cujo enfoque não visa a competição e nem apenas o aprendizado das técnicas, os alunos da APABB praticam a natação/atividade aquática como exercício físico e um meio que busca a formação integral do indivíduo. Salientamos que o PE não se resume a natação, compreende outras atividades esportivas, como atletismo. Porém, neste trabalho abordaremos, especificamente, as atividades realizadas no Projeto Movimento Atividade Aquática,

Movimento Natação e Movimento terapêutico, considerando que todas estas atividades são realizadas na piscina. Além disso, consideramos que o êxito do referido programa só foi possível graças ao trabalho interdisciplinar desenvolvido entre profissionais da Educação Física e do Serviço Social, com a importante contribuição dos seus respectivos estagiários. A partir do trabalho integrado, os alunos e suas famílias têm acesso a serviços de qualidade e podem usufruir de melhores condições de vida, estendendo esses benefícios aos que o cercam.

No decorrer dessa instigante experiência de estágio, suscitaram alguns questionamentos que foram os motivadores da elaboração do presente estudo, tais como: Quais os benefícios físicos, emocionais e sociais obtidos pelas pessoas com deficiência que praticam atividade física adaptada? Como os Assistentes Sociais podem aplicar seus conhecimentos nesta área e responderem às respectivas demandas? O trabalho interdisciplinar entre Educação Física e Serviço Social realmente ocorre?

Neste trabalho, definimos como objetivo geral: conhecer a metodologia das ações realizadas pelo PE da APABB direcionado as pessoas com deficiência, dentro de uma instituição que conta com profissionais de Serviço Social e Educação Física, trabalhando em caráter interdisciplinar e, como específicos: apresentar a APABB, seus programas e projetos desenvolvidos, especialmente, em Santa Catarina e sua trajetória de atendimentos; destacar brevemente a história da deficiência no Brasil e os principais avanços obtidos nas últimas décadas; e compreender a metodologia aplicada nas atividades aquáticas.

Para o alcance dos objetivos propostos, optamos pelo estudo exploratório, de natureza qualitativa, delineado como pesquisa bibliográfica, que possibilitou a construção da fundamentação teórica para melhor compreender a temática ora apresentada. Nesse sentido, foram fundamentais autores como Romeu Sasaki (1997) em seu livro: “Inclusão: construindo uma sociedade para todos” e Eugenia Augusta Fávero, em seu livro “Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade”, além de documentos como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e Constituição Federal Brasileira de 1988.

Assim, organizamos o trabalho em três seções, a saber:

Seção 1: Um breve histórico da deficiência no Brasil, apontando os principais fatos e os avanços constitucionais que as pessoas com deficiência passaram a ter direitos.

Seção 2: A contextualização da APABB no Brasil e em Santa Catarina, resgatando o início desta instituição, o motivo de sua criação e como desempenha suas atividades nos dias de hoje.

Seção 3: O Programa de Esporte da APABB, suas características, metodologias e funcionamento e a intervenção do Serviço Social na área da pessoa com deficiência e o esporte.

Por fim, as considerações finais e referências bibliográficas.

1 BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO

Ao iniciarmos o resgate histórico da deficiência no Brasil e no Mundo, é importante ressaltar os números que constam no site da ONU (Organização das Nações Unidas), revelando que aproximadamente 10% (650 milhões) da população mundial, hoje, possui alguma deficiência. Nos países subdesenvolvidos, apenas 20% da população possui deficiência, enquanto 80% dessas pessoas estão nos países desenvolvidos.¹ Ainda seguindo os dados da ONU, pessoas com deficiência² possuem mais dificuldades em acessar a proteção jurídica, os serviços da polícia ou de prevenção e, justamente são elas, que devido aos reflexões de uma sociedade que não tolera a diferença, têm maiores chances de sofrerem violações em seus direitos.

A respeito da realidade brasileira, o Censo Brasileiro de 2010, realizado pelo IBGE, apontou quase 46 milhões de brasileiros possuem alguma deficiência, ou seja, 24% da população do país.

1.1 Legislações pertinentes

Compreendemos que o preconceito ainda reflete danos às pessoas com deficiência, à partir dos dados de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos da América (EUA) em 2003, pela Universidade de Rutgers. Tal pesquisa apontava que, muitas vezes, a contratação dessas pessoas para se trabalhar em empresas é negada, devido o fato dos empregadores acreditarem na grande despesa com a acessibilidade necessária para essas pessoas, além de acharem que elas não se adequam aos serviços ou que não irão desempenhar com êxito suas atividades. Após muitos anos de lutas, em 9 de dezembro de 1975, nos EUA, na cidade de Nova Iorque, foi aprovada a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Deficientes, proclamada pela Assembleia Geral da ONU. Nela estão garantidos direitos, como:

¹ Outro dado relevante apresentado pela ONU, é que apenas 10% das pessoas com deficiência tem acesso a educação.

² “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade”. (BRASIL, 2006)

As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível. (ONU, 1975).

Posteriormente, no ano de 2006, foi adotado mundialmente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, sendo que para sua constituição, 192 países contribuíram, entre eles, o Brasil. De acordo com Paulo Vannuchi, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2010, p. 7) no Brasil:

Tais avanços não seriam possíveis sem a atuação engajada e militante da sociedade civil organizada, sempre vigilante em seu papel de cobrar do Estado brasileiro sua responsabilidade na garantia dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência. O trabalho de sensibilizar os poderes públicos para as especificidades das questões ligadas a este público foi fundamental para os avanços conquistados até aqui, apesar dos inúmeros desafios que ainda precisam ser superados.

A referida Convenção possui 50 artigos que tratam sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência e, entrou em vigor no Brasil em 3 de maio de 2008, por meio de um decreto de lei, assinado pelo ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, passando a fazer parte da Constituição Federal Brasileira (CF). Nesta perspectiva, a CF ressalta em seu artigo 227, inciso primeiro:

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Conforme artigo quinto, inciso dois e três da referida Convenção, que trata sobre a igualdade e não-discriminação das pessoas com deficiência, responsabiliza os Estados Partes, no sentido que esses

[...] deverão proibir qualquer discriminação por motivo de deficiência e garantir às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo. [...] A fim de promover a igualdade e

eliminar a discriminação, os Estados Partes deverão adotar todos os passos necessários para assegurar que a adaptação razoável seja provida (BRASIL, 2006).

Outro trecho bastante relevante nessa discussão trata-se do artigo trinta, que fala sobre a participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte das pessoas com deficiência:

Para que as pessoas com deficiência participem, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de atividades recreativas, esportivas e de lazer, os Estados Partes deverão tomar medidas apropriadas para: a. Incentivar e promover a máxima participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis; b. Assegurar que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em atividades esportivas e recreativas específicas às deficiências e, para tanto, incentivar a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2006).

Atualmente, o Brasil está em fase de debates sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, elaborado pelo senador do Rio Grande do Sul, Paulo Paim, sendo que o mencionado Estatuto precisa ser votado pela Câmara dos Deputados. As principais frentes envolvidas para os trâmites necessários da construção deste projeto de lei foi um Grupo de Trabalho (GT), organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, instituindo que:

O GT, que será composto por 17 participantes e que terá em sua formação, juristas, senadores, deputados e sociedade civil, está na referida medida, em consonância com a frente mista parlamentar de defesa dos direitos da pessoa com deficiência e pretende, como resultado final dos trabalhos atualizar os PIs, colocando-os a luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, com status de emenda constitucional (BRASIL, 2012)³.

A estimativa é que até setembro de 2013, o referido projeto seja sancionado. Desta forma, é esperado que no dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, já seja possível comemorar mais este avanço nas leis referentes às pessoas com deficiência no Brasil.

³ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/07/27/instituido-grupo-de-trabalho-sobre-o-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia> Acesso em: 20 nov. 2012.

1.2 Aspectos conceituais

No Brasil, desde os primórdios, registram-se formas pejorativas e preconceituosas na utilização de expressões para se referir as pessoas com deficiência, como “aleijados”, “enfeitados”, “mancos”, “cegos” e “surdos-mudos”. Assim como sugeriam os termos, a conduta aplicada no século XVI era eliminar pessoas com deficiência (SILVA, 1987).

De acordo com os costumes indígenas, também no século XVI e no decorrer do século XVII, as crianças nascidas com algum tipo de deficiência aparente ou deficiência adquirida física ou sensorial, eram mortas. Era culturalmente considerado pelo grupo, que crianças com deficiência eram castigos dos deuses e, por este fato, deveriam ser mortas.

Já no caso dos escravos negros vindos para o Brasil, no século XVIII, existiu um grande número de pessoas que adquiriram alguma deficiência devido aos castigos físicos e demais conseqüências relacionadas aos navios superlotados, em precárias situações de higiene e grande número de doenças deixando sequelas, o que também levavam o ocorrência de óbito destes escravos. De acordo com Garcia (2011, s/p):

Os documentos oficiais da época não deixam dúvidas quanto à violência e crueldade dos castigos físicos aplicados tanto nos engenhos de açúcar como nas primeiras fazendas de café. O rei D. João V, por exemplo, em alvará de 03 de março de 1741, define expressamente a amputação de membros como castigo aos negros fugitivos que fossem capturados. Uma variedade de punições, do açoite à mutilação, eram previstas em leis e contavam com a permissão (e muitas vezes anuência) da Igreja Católica. Talvez o número de escravos com deficiência só não tenha sido maior porque tal condição representava prejuízo para o seu proprietário, que não podia mais contar com aquela mão-de-obra.

Os colonos portugueses, desde o momento em que chegaram ao território descoberto por Pedro Álvares Cabral, sofreram com as condições climáticas, como o forte calor, além da enorme quantidade de insetos. Com o passar de décadas, devido à falta de leis e decretos que estabelecessem o direito as pessoas com deficiência de serem respeitadas, asseverou-se a forma pejorativa de se referir a esse segmento. Neste sentido, entendemos a importância de se destacar ainda os avanços nos marcos institucional e regulatório, como no que se trata da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o Decreto da Acessibilidade, a Lei de

Libras, o Decreto do Cão Guia e a elevação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) ao status de Secretaria Nacional, 20 anos após a sua criação, em 1989. Para Sasaki (2003, p.4), o acesso aos direitos das pessoas com deficiência avançou no sentido de que foi possível conquistar:

O Direito a não discriminação e a inclusão, o direito a educação, o direito a saúde, ao trabalho, ao lazer, a acessibilidade e a informação, os direitos aos benefícios pagos pelo INSS, o direito a alimentos, a herança, a interdição, ao passe livre, a isenção e redução do imposto de renda, isenção de IPI, isenção de IPVA, a liberação do rodízio de veículos, o DPVAT e, seções e urnas especiais para votação.

Contudo, expressões não mais utilizadas hoje, ainda estão presentes em nossos decretos e constituição, por exemplo, quando a CF, datada de 1988, menciona a expressão “pessoa portadora de deficiência”, à medida que esta expressão não deve ser utilizada. Outros termos como “pessoas com necessidades especiais” e “pessoa especial” fazem parte do grupo de terminologias que devem ser eliminadas de nossa linguagem ao se referir as pessoas com deficiência.

Em relação as terminologias a palavra “portador”, não confere com o sentido que é dada quando as pessoas a utilizam para falar dessas pessoas. Segundo Santos et. al (2007, p. 399) “portador, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é aquele que carrega a bagagem; aquele que leva alguma coisa (carta, objeto), a mando ou a pedido de alguém, para entregar a outra pessoa”.

Entendemos então, que a pessoa possui uma deficiência pode passá-la a outra pessoa, tirar de si ou deixar de portar, o que faz com que a palavra portador não tenha coerência. Desta forma, devemos utilizar a expressão “pessoa com deficiência”, considerando que a deficiência é algo que faz parte da pessoa. Conforme as considerações de Sasaki (2002, p. 01), que contribuem nessa discussão “no Brasil, tem havido tentativas de levar ao público a terminologia correta para uso na abordagem de assuntos de deficiência a fim de que desencorajemos práticas discriminatórias e construamos uma verdadeira sociedade inclusiva”.

Segundo Fávero (2007) que também explica a questão da terminologia ao referirmos a pessoa com deficiência, coloca que

os movimentos sociais identificaram que a expressão “portador” cai muito bem para coisas que a pessoa carrega e/ou pode deixar de lado, não para

características físicas, sensoriais ou mentais do ser humano. Ainda que a palavra “portador” traz um peso freqüentemente associado a doenças, já que também é usada, e aí corretamente, para designar uma situação em que alguém, em determinado momento, está portando um vírus, por exemplo. E não custa lembrar, deficiência é diferente de doença. É simples: basta imaginar que jamais falaríamos “pessoa portadora de olhos azuis”. (FÁVERO, 2004, p. 22)

Outra questão que vem sendo trabalhada com a sociedade é para que deixem de utilizar a terminologia “pessoa com necessidades especiais”, pois esta pode incluir diversos públicos que precisam de cuidados especiais, como os idosos e as mulheres grávidas.

De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consideramos:

I. deficiência – é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II. deficiência permanente – diz respeito àquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

III. incapacidade – é uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa com deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999).

Já de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade (BRASIL, 2006).

Outra informação importante está presente nas definições do Decreto de Lei nº 5.296/2004. Este decreto categoriza algumas das principais deficiências que acometem os brasileiros, das quais refere que a deficiência física

caracteriza-se a deficiência física pela alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento permanente da função física, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004).

Por tratar-se de uma deficiência que atinge partes físicas do corpo, cadeiras de rodas, muletas, são utilizadas por estas pessoas. Os ambientes devem ser pensados no momento em que escolas, bancos, hospitais e supermercados, por exemplo, são construídos. Já existem leis como a Lei da Acessibilidade, que regulamentam como devem ser esses espaços, porém, muitos estabelecimentos não as cumprem. O espaço físico que o Banco do Brasil (BB) dispõe para APABB – Núcleo Regional SC (NR SC), dispõe de requisitos que se adequam a Lei da Acessibilidade tais como: banheiros adaptados, rampas de acesso, portas que comportam a entrada de cadeiras de rodas.

No que diz respeito à deficiência auditiva, o Decreto de Lei nº 5.296/2004, também assinala que ela é “é caracterizada pela perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz , 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2004).

Na grande Florianópolis, o acesso a escolas que trabalhavam LIBRAS com os alunos vinha crescendo desta forma a Apabb contava com alunos que já dominavam não só a leitura labial, mas aprenderam LIBRAS. Por este motivo existia professora que também era intérprete de libras e conseguia se comunicar com estes alunos. Com relação à deficiência visual, o Decreto de Lei nº 5.296/2004, a define como:

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor a 0,05° no melhor olho, com a melhor correção óptica; - baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3° e 0,05° no melhor olho, com a melhor correção óptica; ou os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor a 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

De acordo com os números oficiais presentes no Relatório de Atividades Mensal (RAM), as pessoas com deficiência visual são a minoria dos usuários da APABB, porém estiveram presentes em diversas atividades em 2012, tanto no curso de gastronomia inclusiva, como no esporte e nos eventos de lazer. Um dos alunos sempre era acompanhado pelo seu cão guia que o aguardava dentro da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) durante as atividades de natação, que ele desempenhava.

Sobre a deficiência intelectual, o Decreto de Lei nº 5.296/2004 mencionada que ela

é definida pelo funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestações antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas. As áreas em que podem acontecer as limitações são: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho (BRASIL, 2004).

Podemos afirmar, através do preenchimento do relatório de atendimentos mensais da APABB, que acaba por fazer os dados estatísticos mensais, que o maior número de usuários do núcleo Santa Catarina eram de alunos com deficiência intelectual.

Nesse íterim, acrescentamos a definição da Síndrome de Down, também presente no Decreto de Lei nº 5.296/2004 considerando o grande número de pessoas com a referida síndrome que participam das atividades da APABB. Nesse sentido, o mencionado decreto assinala que ela é uma

alteração genética cromossômica do par 21 que acarreta características físicas marcantes e implicações tanto para o desenvolvimento fisiológico quanto para a aprendizagem. Em 1995, o simpósio Intellectual Disability: Programs, Policies, and Planning for the Future, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), alterou o termo deficiência mental por deficiência intelectual, no sentido de diferenciar mais claramente a deficiência da doença mental, - quadros psiquiátricos não necessariamente associados a déficit intelectual (BRASIL, 2004).

Através do PE da APABB, muitos familiares buscam o acesso de seus filhos às atividades, contudo ao se tratar de alunos com Síndrome de Down a instituição costuma pedir um laudo médico, comprovando não só que os alunos estão aptos para realização de atividades na piscina, mas que também não possuíam instabilidade atlantoaxial⁴. Muitas pessoas com Síndrome de Down possuem problemas entre a vértebra cervical e o pescoço. Conforme Matos (2006, p. 165),

a prática esportiva em portadoras de síndrome de Down tem se consolidado como importante método de terapia, integração e sociabilização. Entretanto, a presença de instabilidade atlantoaxial (IAA) nestas crianças merece consideração especial porque expõe os seus portadores a sérios riscos de lesão medular aguda com morte súbita, caso ocorra, durante a atividade esportiva, uma flexão cervical forçada, luxando ou subluxando as vértebras e comprimindo a medula espinhal.

⁴ A instabilidade atlantoaxial (IAA) é caracterizada pelo aumento da mobilidade da articulação C1-C2 devido a frouxidão ligamentar, sendo frequente em portadores da Síndrome de Down.

Com estas classificações conseguimos ter um primeiro contato com algumas das deficiências mais comuns no Brasil e como elas estão elencadas no rol de deficiências em nosso país.

1.3 Principais instituições de atendimento à pessoa com deficiência

As primeiras instituições destinadas a atender pessoa com deficiência, no Brasil foram criadas logo no início do século XIX, pouco depois da sua condição de independência. Em meados dos anos de 1822 e 1889, a sociedade brasileira era aristocrática, na época em que os negros serviam de escravos para os senhores de engenho. As pessoas com deficiência eram mal vistas, sendo que através do Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841, foi criado o primeiro hospital, no Rio de Janeiro, voltado para cuidar de pessoas com deficiência. Denominado como “hospício”, ele foi associado à Santa Casa de Misericórdia e passou a acolher as pessoas em 9 de dezembro de 1852 (LANNA JUNIOR, 2010).

Dois anos depois, também no Rio de Janeiro, capital do império, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cego e, em 1856, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Entre as diversas deficiências, apenas surdos e mudos contavam com serviços de atenção às suas demandas. As pessoas com deficiência de outras naturezas não tinham suporte de instituições direcionadas ao atendimento de suas necessidades.

Um fato marcante para o Brasil, em 1854, foi o de ter criado o primeiro Instituto para pessoas com deficiência na América Latina, denominado “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”. Era um internato, que buscava alfabetizar, ensinar religião e algumas profissões para que essas pessoas pudessem ser integradas na sociedade. Atualmente o Imperial Instituto dos Meninos Cegos é o Instituto Benjamin Constant, sendo que o endereço eletrônico oficial da referida instituição coloca que

o Instituto Benjamin Constant vê seus objetivos redirecionados e redimensionados. É um Centro de Referência, a nível nacional, para questões da deficiência visual. Possui uma escola, capacita profissionais da área da deficiência visual, assessora escolas e instituições, realiza consultas oftalmológicas à população, reabilita, produz material especializado, impressos em Braille e publicações científicas.⁵

⁵ Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=13&blogid=1&itemid=89>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

Ao adentrar no século XX, o Brasil permaneceu com poucas alterações no que diz respeito às instituições de atendimento as pessoas com deficiência. Algumas delas como o Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos passaram a atuar em outros estados brasileiros, todavia, atendendo somente cegos e surdos. Com essa carência de serviços, a sociedade civil resolveu fundar organizações para atender aos mais variados tipos de deficiência. Nessas organizações assistenciais passou a se desenvolver programas na área de educação e saúde. Em 1932, houve a criação das Sociedades Pestalozzi e mais tarde, em 1954, das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Na década de 50, o Estado era atingido por um surto de poliomielite e, com isso, iniciou-se a geração de centros para reabilitar as pessoas com sequelas físicas. Sendo assim, em 1926, o Estado do Rio Grande do Sul criou o Instituto Pestalozzi, na cidade de Canoas. Nesta mesma época, a russa Helena Antipoff, convidada a trabalhar em Minas Gerais, passou a disseminar a substituição de expressões bastante utilizadas como retardo mental e deficiência mental por “excepcional”. A origem do termo seria pelo fato de associar a deficiência a uma condição de excepcionalidade socioeconômica ou orgânica.

Ainda nos anos 50, o Brasil contou com a criação de uma importante instituição no apoio às pessoas com deficiência, a APAE, fundada no Estado do Rio de Janeiro, em 1954. De acordo com o endereço eletrônico oficial da instituição, a APAE “caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla.”⁶

O mesmo endereço eletrônico ainda sinaliza que

uma pesquisa realizada pelo Instituto Qualibest em 2006, a pedido da Federação Nacional das Apaes, mostrou que a Apae é conhecida por 87% dos entrevistados e tida como confiável por 93% deles. São resultados expressivos e que refletem o trabalho e as conquistas do Movimento Apaeano na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Nesse esforço destacam-se a incorporação do Teste do Pezinho na rede pública de saúde; a prática de esportes e a inserção das linguagens artísticas como instrumentos pedagógicos na formação das pessoas com deficiência, assim como a estimulação precoce como fundamental para o seu desenvolvimento.

⁶ Disponível em <www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=2>. Acesso em: 28 dez. 2012.

Desta forma, a APAE se expandiu pelos estados brasileiros, sendo que em Santa Catarina, a instalação da primeira APAE foi em 1955, na cidade de Brusque. Neste rumo, o Estado de Santa Catarina permaneceu por mais de 10 anos, tendo a APAE como referência no atendimento a pessoas com deficiência, até 1968, com a criação da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), vinculada à secretaria de Estado da Educação. Conforme o endereço eletrônico oficial da instituição,

a expansão dos serviços de educação especial em Santa Catarina veio exigir a criação de uma instituição pública que tivesse como propósito definir as diretrizes da educação especial em âmbito estadual, promovesse a capacitação de recursos humanos e a realização de estudos e pesquisas ligadas à prevenção, assistência e integração da pessoa com deficiência. Com esses objetivos, foi criada, em 6 de maio de 1968, a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, objeto da Lei nº 4.156, regulamentada pelo Decreto nº 7.443, de 2 de dezembro do mesmo ano.⁷

Com a criação da FCEE as pessoas com deficiência puderam ter acesso a diversos serviços. Nos dias de hoje, a referida instituição, atende os usuários fornecendo alfabetização, oportunidade de uma educação especial diferenciada; cursos de panificação, visando o encaminhamento para o mercado de trabalho; encaminhamentos para estágios; professores de locomoção que ensinam as pessoas que possuem dificuldades em andar de ônibus sozinhas; equoterapia para auxiliar na reabilitação de pessoas com deficiências físicas; cursos de libras, sessões de fonoaudiologia, entre muitas outras opções de atendimentos.

Outra Instituição importante e com bastante tempo de atendimento a pessoas com deficiência, na região da Grande Florianópolis, trata-se da Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), fundada ainda nos anos 70. Pessoas com deficiência visual, que freqüentavam a FCEE, resolveram criar uma instituição voltada para pessoas com o mesmo tipo de deficiência. Foi então que surgiu a ACIC, com a missão de “promover a inclusão da pessoa cega, com baixa visão e outras deficiências associadas, contribuindo para sua efetiva participação na sociedade”.⁸

Partindo para os anos de 1980, também em Florianópolis, é criada a Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (AFLODEF), pioneira no

⁷ Disponível em <<http://www.fcee.sc.gov.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

⁸ Disponível em <<http://www.acic.org.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

atendimento a pessoas com deficiência física. A instituição que apesar de estar localizada geograficamente na capital do Estado, acaba por atender pessoas de toda Santa Catarina. A AFLODEF, menciona, conforme seu material de divulgação que

os programas, projetos e serviços prestados pela AFLODEF à pessoa com deficiência física, são nas áreas do Serviço Social, Esporte, Encaminhamento ao Mercado de Trabalho, Transporte de pessoas com deficiência e manutenção de cadeiras e materiais de apoio, cujos esforços empreendidos visam à melhoria da qualidade de vida, estimulando a elevação da auto-estima e da autoconfiança, fazendo com que o processo de inclusão social se torne sustentável e efetivo. (AFLODEF, 2010)

Ao chegarmos aos anos de 1990, Santa Catarina é beneficiada com mais uma instituição para atender pessoas com deficiência. A APABB, que instalou-se no município de São José, em 1994, buscando atender todos tipos de deficiência, tornando-se outra referência de atendimento. Neste sentido, na próxima seção do presente trabalho pretendemos apresentar uma contextualização da APABB no Brasil e em Santa Catarina.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA APABB NO BRASIL E EM SC

Fundada em 11 de agosto de 1987, a APABB, surgiu devido à iniciativa de um grupo de funcionários do Banco do Brasil, em São Paulo, que possuíam filhos com deficiência. Esse grupo já se reunia desde 1986 para compartilhar, experiências, dúvidas, pareceres médicos entre as pessoas que também conviviam com situações semelhantes em suas famílias. Tempos depois, a APABB deixou de ser exclusivamente para os funcionários do Banco do Brasil e abrangeu a comunidade nos programas desenvolvidos, assim também acrescentou em sua nomenclatura a expressão: “da Comunidade”⁹.

Apesar de a instituição levar o nome do Banco do Brasil, a APABB não recebe apoio financeiro propriamente dito deste banco, contribuição que não é permitida conforme o Estatuto Social do Banco do Brasil, publicado em 06 de setembro de 2011. Consideramos importante destacar que o primeiro regimento e estatuto interno da APABB é datado de 14 de abril de 1987 e o mais atual é referente a 14 de junho de 2008, sendo que este último, no Artigo nº 37, pontua acerca da captação de recursos financeiros para a instituição, assinalando que eles são provenientes

- I. Das contribuições dos associados e eventuais sócios investidores, nos termos do Artigo 56, parágrafo único do novo Código Civil;
- II. Receitas decorrentes de fundo de capital;
- III. Receitas derivadas de eventual prestação de serviços e/ou renda de bens produzidos pela própria APABB ou por terceiros, realizados como alternativa de auto-sustentabilidade em prol exclusivo de seus fins sociais;
- IV. Doações, legados ou auxílios concedidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- V. Recursos públicos advindos das esferas Federal, Estadual ou Municipal, decorrentes de subvenções, auxílios, contratos, convênios, parcerias e outros;
- VI. Eventos festivos, desportivos ou beneficentes, visando angariar recursos para atender a seus objetivos;
- VII. Eventuais sorteios de bens recebidos em doação, ou adquiridos para este fim, respeitada a lei peculiar; e
- VIII. Rendas patrimoniais de bens que a APABB venha a adquirir, ainda que por doação (APABB, 2008).

⁹ Todas as informações referentes ao histórico, Estatuto, Regimento Interno da Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Deficiência dos Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB) foram consultados no site da Instituição.

O Artigo nº 38 do mesmo documento, ainda coloca que “as contribuições serão livremente estipuladas pelos associados, respeitando-se o valor mínimo deliberado em Assembléia” (APABB, 2008).

2.1 Principais núcleos

A sede matriz da APABB fica em São Paulo e, assim como possui núcleo regional neste estado, por todo o país estão distribuídos núcleos da APABB, contabilizando no total 14 núcleos regionais.¹⁰ A APABB também está presente com um núcleo na maioria dos estados brasileiros:

Tabela 1: Estados onde a APABB está inserida:

CIDADE E ESTADO	DATA DA IMPLANTAÇÃO
Fortaleza (Ceará)	18/01/1991
Vitória (Espírito Santo)	16/10/1993
São José (Santa Catarina)	28/05/1994
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	30/06/1994
Goiânia (Goiás)	11/03/1995
Distrito Federal (Brasília)	16/03/1995
Aracaju (Sergipe)	21/06/1995
Recife (Pernambuco)	06/11/1995
Campo Grande (Mato Grosso do Sul)	07/12/1996
São Paulo (São Paulo)	02/03/1987
Natal (Rio Grande do Norte)	30/07/1997
Belo Horizonte (Minas Gerais)	12/07/1998
Curitiba (Paraná)	04/08/1998
Porto Alegre (Rio Grande do Sul)	09/12/1999
Salvador (Bahia)	12/04/2003

Elaboração própria

Fonte: Informações obtidas através dos documentos oficiais da APABB – NR SC(2012).

¹⁰ O primeiro núcleo a ser implantado foi no Estado do Ceará.

Para desempenhar os programas e projetos, os núcleos contam com trabalho interdisciplinar entre Assistentes Sociais e profissionais de Educação Física. Há um Regimento Interno da APABB comum para o funcionamento dos núcleos e para cada área de atuação existem capítulos específicos. Desta forma, o serviço social possui suas normatizações, os técnicos de esporte, os técnicos administrativos, etc.

2.2 Finalidades

A instituição busca atender pessoas com deficiência e suas famílias por meio de programas abrangendo: atendimento, orientação, acompanhamento, prevenção, qualificação profissional, inclusão digital, lazer, e esporte, visando à inclusão da pessoa com deficiência nos mais variados espaços. Com ações de orientação, através de atendimentos, informação quanto à legislações, encaminhamentos, acompanhamentos e também através dos Programas e Projetos Sociais, buscando promover a melhoria da qualidade de vida do público atendido.

Em fevereiro de 1997, a Associação tornou-se oficialmente de utilidade pública federal, recebendo, em 15 de maio de 1998, o certificado de entidade com fins filantrópicos. Dentre os objetivos da Instituição constam no Regimento Interno de 14/06/2008:

São objetivos precípuos da APABB, sem discriminação de qualquer natureza a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária através:

- a) do apoio às pessoas portadoras de deficiências e às suas famílias, mediante orientação, encaminhamento e acompanhamento de soluções;
- b) do empreendimento de ações que propiciem às pessoas portadoras de deficiências, desenvolver suas capacidades e sua inclusão social;
- c) da disseminação de valores e informações à sociedade com vistas a contribuir para inclusão social e melhoria da qualidade de vida, preservação de direitos e cidadania da pessoa portadora de deficiência;
- d) da promoção de estudos e pesquisas, palestras, encontros, seminários, cursos, debates e demais eventos que propiciem o aprofundamento e a difusão de conhecimentos voltados para a pessoa portadora de deficiência;
- e) da promoção de intercâmbio social com demais entidades de funcionários do Banco do Brasil e outras congêneres;
- f) do estabelecimento de convênios, parcerias e associações com instituições científicas, acadêmicas, organismos públicos e/ou entidades

afins, visando ampliar e fortalecer a oferta de serviços às pessoas portadoras de deficiências;

Parágrafo único - Para alcançar seus objetivos a APABB poderá criar centros esportivos, centros de convivência, residências protegidas, e outros empreendimentos que se fizerem necessários com recursos próprios ou oriundos de terceiros (APABB, 2008).

A estrutura organizacional da APABB abrange a Sede Nacional de caráter consultivo e estratégico que normatiza, orienta, acompanha e avalia o trabalho de todos os núcleos regionais. Cabe ressaltar, que cada núcleo regional possui uma equipe técnica responsável pela execução e avaliação das ações de lazer e esporte, pela contratação, capacitação, acompanhamento e avaliação da equipe de profissionais que executa as atividades.

2.3 O núcleo da APABB em Santa Catarina

A APABB está vinculada à política de assistência social, buscando a garantia de direitos básicos das pessoas com deficiência, assim como também se vincula com a política de saúde e com a educação. Procurando garantir o direito das pessoas com deficiência nas políticas públicas, a APABB – NR SC, fundada em 28 de maio de 1994, está localizada na rodovia BR 101 – Km 205 nº 357 – Floresta – CEP 88117-500 - São José/SC, tendo como contato o telefone: (48) 3281-5329, o fax: (48) 3258-4900 e o email apabb_sc@apabb.org.br. Ressaltamos ainda que o horário de funcionamento é das 08h00min às 19h00min.

O NR SC, do ano de 2008 até o ano de 2012, participou e acompanhou o trabalho realizado no Conselho Municipal de Assistência Social de São José, Conselho Estadual de Assistência Social e Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de São José e Conselho de usuários da Cassi.

A visão e missão da instituição elencadas no seu Regimento Interno (2008) são:

Visão: “Tornar-se referência no acolhimento da pessoa com deficiência e sua família, bem como na defesa de seus direitos, contribuindo para a inclusão social e melhoria de sua qualidade de vida”.

Missão: “Realizar ações, desenvolver projetos, estabelecer parcerias, captar recursos, garantir a visibilidade e a credibilidade da organização, em prol das pessoas com deficiência e sua família” (APABB, 2008).

Os programas e projetos atualmente em desenvolvimento na APABB –NR SC, de acordo com a demanda procuram contemplar o desenvolvimento global e a melhoria da qualidade de vida do público atendido.

A seguir, apresentaremos programas, e os projetos que são desenvolvidos nestes programas.

- a) *Programa de atenção às famílias*: É realizado pela equipe do Serviço Social, considerando a família como co-participante em todo o processo. O atendimento do Serviço Social, pode ser individual, familiar, grupal, com visitas domiciliares, visita hospitalar, contato pessoal na própria Associação, através de ligações telefônicas e/ou por e-mail. Proporcionando o acompanhamento, a orientação e o apoio às pessoas com deficiência e suas famílias. Constituiu-se em ações de acolhimento, orientação, encaminhamento, acompanhamento e avaliação. Também, no atendimento de profissionais, estudantes, voluntários e demais pessoas interessadas nas questões da área da deficiência. Visa oportunizar a inserção social das pessoas com deficiências, permitindo não somente a inserção do indivíduo na sociedade, a melhora em suas relações sociais e comunitárias, como também a oportunidade de adquirir novos conhecimentos. Dentro do Programa de Atenção às Famílias existem alguns projetos, dentre os quais destacamos:
- b) *Projeto Superação Inclusão Digital*: oportuniza a prática da Inclusão Digital através da formação dos alunos no sistema de Word do computador para pessoas com deficiência. Além do Projeto Superação – Inclusão Digital APABB – NR SC conta com o Projeto Superação Inclusão Digital Familiar: Projeto voltado para que as famílias das pessoas com deficiência atendidas na APABB, realizem curso de Word. O projeto conta com aulas semanais de 1 hora e 30min de duração e com turmas compostas de 15 alunos e 02 professores, sendo um auxiliar;
- c) *Projeto Tratamento Diferenciado na Saúde*: procura a construção de parcerias com os diversos segmentos da área da saúde, profissionais, para possibilitar aos usuários da APABB e aos seus familiares acesso a tratamentos especializados, que não são desenvolvidos pela equipe da APABB; com

atendimentos de qualidade, profissionais especializados e comprometidos, uma vez que não poderiam ser trabalhadas certas demandas no interior da instituição pelo fato desta não contar com uma equipe específica.

Através do Programa de Atenção às Famílias, a APABB além de acolher as pessoas com deficiências e seus familiares, busca propiciar uma melhoria na qualidade de vida dos usuários.

Com base no encaminhamento direcionado pelo referido Programa e para atender as necessidades dos pais, foi criado o

- I. *Projeto “Caminhando com as Escolas”*: visa possibilitar aos envolvidos - APABB, Pais, Escolas e Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – (CASSI) –, um espaço de discussões e encaminhamentos acerca das dificuldades enfrentadas na busca de ser vencido o desafio maior imputado às escolas inclusivas: desenvolver um projeto pedagógico voltado para atender a todos os alunos, inclusive aqueles que possuem comprometimentos físicos, sensoriais ou mentais, que os deixam em posição de desvantagem frente aos considerados normais. Desenvolvendo em parceria com os Pais, Escolas e a CASSI, ações que representem alternativas para possibilitar ao aluno com deficiência, uma interação com a família, a escola e a comunidade, contribuindo para seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo, respeitando suas individualidades e dificuldades e principalmente acreditando em suas possibilidades.

- II. *Programa Bem Viver*. O programa Bem Viver tem como objetivo acompanhar as pessoas com deficiência, proporcionando acesso das mesmas e de seus familiares ao atendimento de suas necessidades especiais, promovendo atenção integral à saúde, na perspectiva de sua autonomia e melhoria de sua qualidade de vida. Intervém através da Estratégia de Saúde da Família da CASSI, nos níveis de prevenção, promoção e reabilitação. A APABB realiza este atendimento em conjunto com a CASSI através do acordo de cooperação técnica entre APABB e CASSI, normalmente uma ou duas vezes ao ano, ou quando existe a necessidade. Os atendimentos sempre contam com a participação das Assistentes Sociais da CASSI e APABB, assim como

as famílias atendidas, o número de participantes varia muito entre os encontros.

III. Programa de lazer: Consiste na realização de eventos como: colônias de férias, encontros de famílias, discotecas, acampamentos e outros passeios visando a inclusão social¹¹. As atividades são realizadas em vários ambientes, propiciando a integração das pessoas com e sem deficiências, como também permitindo a integração da família com outras famílias. Com vistas na promoção da autonomia, da independência, da inclusão social e do bem estar das pessoas com deficiência, suas famílias e amigos, numa abordagem sociocultural e educativa. Os profissionais da educação física, são os responsáveis durante os eventos pelos cuidados aos participantes, assim como pela elaboração das brincadeiras, guiar os usuários, Normalmente 20 a 30 pessoas com deficiência participam.

IV. Programa de Esporte (PE): Eventos Esportivos com objetivo de motivar os alunos para as aulas, demonstrar sua evolução aos respectivos responsáveis, oportunizar um momento onde os alunos possam aplicar as habilidades esportivas desenvolvidas no projeto, proporcionando-lhes desafio, superação, autonomia, reconhecimento, cidadania, educação, saúde e qualidade de vida são desenvolvidas atividades como: Realização de Festival Interno e Externo, além de proporcionar a participação em Evento Externo. O Festival Interno é uma ação do programa de esporte da APABB, caracterizado pelo planejamento e gestão das atividades executadas pelos profissionais da APABB, com participação exclusiva dos seus alunos. O Festival Externo segue a característica do Festival Interno, mas permite a participação de alunos e atletas de outras instituições. A Participação em Evento Externo caracteriza-se pela participação dos alunos da APABB em atividades promovidas por outras instituições, federações e associações, órgãos governamentais municipais, estaduais e federais.

¹¹ A inclusão social, recentemente identificada como uma importante função da política de assistência social no seu esforço de contribuir para a universalização ou a extensão da cidadania, só pode ser entendida a partir da discussão e da compreensão do caráter e da dimensão atual do seu oposto: a exclusão social. (PEREIRA, 1997, p. 123)

V. *Projeto Movimento*: Consiste na oferta de vivências esportivas através de um modelo de prática educacional para pessoas a partir de oito anos de idade, com diferentes tipos e graus de deficiência. A prática educacional do esporte compreende atividades físicas e esportivas que favoreçam a ampliação do gesto motor, o gosto pelos esportes e a sociabilização, sem estimular a hipercompetitividade ou seletividade, ou seja, uma prática esportiva democrática e que considera o potencial de cada participante. Em Santa Catarina o Programa existe desde outubro de 2001, oferecendo aulas de natação e expressão corporal. No decorrer do ano de 2012, ofereceu atividades em 6 pólos diferentes.

VI. *Programa de capacitação e qualificação Profissional*: A APABB procura realizar cursos de capacitação profissional que possibilitam a inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência. Palestras, seminários e treinamentos, visando atender profissionais, estudantes e entidades também são oferecidos, assim como debates gratuitos e abertos à comunidade, sobre os mais diversos temas da atualidade e relacionados à questão da deficiência. Este programa possui os seguintes projetos:

- ✓ *Ciclos de palestras*: Além de formar profissionais, o projeto busca informar o público e a comunidade sobre temas relacionados às pessoas com deficiência e assuntos da atualidade, como a lei de cotas, educação inclusiva, entre outros assuntos. O ciclo atrai estudantes de educação física, turismo e pedagogia, entre outras áreas, que participam das palestras para se inteirar e adquirir conhecimentos extracurriculares. Esse projeto é também uma forma de a APABB divulgar sua atuação, ampliar seu público e formar parcerias.
- ✓ *Sensibilização*: Visa desenvolver no ambiente das empresas um processo desencadeador de sensibilização e conscientização, por parte dos funcionários, sobre as questões que envolvem a pessoa com deficiência, resultando num movimento de mudança de valores e eliminação de preconceitos e propiciador de novas posturas que tornarão as relações mais saudáveis e produtivas.

- ✓ *Projeto Gastronomia Inclusiva*: De acordo com as necessidades da comunidade, a APABB pretende com este novo Projeto, fazer a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Procura oferecer além da oportunidade de qualificação profissional na área de alimentos e bebidas, comportamento ético, responsabilidade, proatividade por meio da formação para a cidadania e encaminhamento destas pessoas às empresas parceiras para experiência profissional, visando o desenvolvimento comunitário e a inclusão social.

Em 2012 foram realizadas duas turmas sendo que, a primeira turma do projeto contou com 21 alunos com deficiências variadas (deficiência auditiva, visual, Síndrome de Down e deficiência mental leve. As aulas aconteciam todos os dias, no período matutino, em três lugares diferentes: IFSC (aulas práticas na cozinha), CIEE (aulas teóricas) e APABB (aulas de informática).

O projeto tem duração de 2 meses e meio, após o curso os alunos com bom desempenho receberão certificado do IFSC de auxiliar de manipulação de alimentos. Os alunos que não obtiverem bom desempenho pela avaliação dos professores receberão declaração de participação.

2.4 Contextualizando o histórico do Serviço Social na APABB

O Serviço Social sempre esteve presente na instituição. A APABB procura atender e auxiliar todas as pessoas com deficiência e suas famílias que vierem necessitando de orientações, encaminhamentos, acompanhamentos, inserção em seus projetos, sempre procurando responder as demandas dos usuários, à inserção e maior participação na sociedade. A instituição oferece ainda programas e projetos nos quais o usuário será periodicamente acompanhado.

Dentro das competências do Serviço Social na Instituição está:

Estabelecer rotina periódica de visita domiciliar; fazer um acompanhamento à pessoa com deficiência e sua família por meio telefônico estabelecendo uma rotina; informar periodicamente aos Associados sobre novos tratamentos e tecnologias referente aos assuntos sobre deficiência;

Acompanhar e atuar nas atividades de lazer e esporte; manter atualizado o cadastro de recursos da comunidade e também ampliá-lo sempre que possível; Promover ciclo de palestras e outros eventos, como congressos, seminários, fóruns, extensivos à comunidade; Organizar treinamento e capacitação para os técnicos de esportes; Realizar estudo socioeconômico para concessão de bolsas nas atividades de lazer e esporte, mediante critérios pré-estabelecidos pela Sede da APABB; Participar das reuniões do Conselho Municipal e Estadual de Assistência Social, e no Conselho Municipal e Estadual da pessoa Portadora de Deficiência e do Conselho da Criança e do Adolescente; Participar periodicamente de eventos, como palestras, seminários, congressos, que abordem a questão da deficiência. (APABB, 2008).

Conforme o que preconiza a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº.8.662/93 a atuação do Serviço Social da instituição está cumprindo com suas competências. Conforme a Lei nº.8.662/93, no seu Artigo quarto, Incisos II e III é definido que o Assistente Social deve:

Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população”. Seguindo este norte de atuação as Assistentes Sociais da APABB procuram sempre pensar os programas e projetos voltados à pessoa com deficiência e suas famílias de forma a contemplar as necessidades dos usuários (BRASIL, 1993).

As Assistentes Sociais possuem como atribuições: realizar atendimentos no núcleo, realizar visita domiciliar caso necessário, realizar visitas aos projetos, durante o atendimento deve realizar um prontuário e estudo socioeconômico com o usuário, procurar garantir os direitos preconizados na lei, dar orientações e encaminhamentos caso o serviço procurado não seja atendido pela APABB, prestar orientação e contatos com as famílias, quando necessário, buscar adaptar o evento às necessidades decorrentes das deficiências dos participantes, realizar acompanhamento da frequência dos alunos, visando sanar o motivo que está levando a faltas, para evitar que algum aluno não alcance a frequência mínima.

Outra competência é sempre manter atualizados um registro diário de atendimentos feitos e um sistema chamado RAM. Neste relatório ficam registrados os atendimentos mensais do Serviço Social, os quais foram às demandas que surgiram, encaminhamentos, reuniões técnicas, de conselhos, reuniões semanais de supervisão de estágio. Este sistema tem como função realizar uma análise quantitativa das atividades realizadas no núcleo. Caso a profissional queira saber

qual usuário foi atendido em determinada data, por exemplo, basta abrir este sistema e ter acesso as informações.

O ambiente de trabalho na Instituição conta com equipamentos, estrutura física e materiais de uso diário, que correspondem para um adequado desempenho profissional. A sala de atendimentos propicia ao usuário privacidade e sigilo sobre suas informações e demandas. A iluminação também é de qualidade, contando com ambiente climatizado e organizado. O Serviço Social dispõe dos materiais necessários para o atendimento, sendo os instrumentos mais utilizados o próprio material de expediente (caneta, papel, tesoura, impressora, entre outros), mas, em especial o computador, onde é utilizado o recurso de internet como meio de comunicação, pesquisa e registro de atendimentos. Utiliza-se muito de materiais como prontuário e estudo socioeconômico, que além de serem impressos e arquivados, são também digitalizados. Para visitas domiciliares, utilizam-se o carro da Assistente Social e a mesmo tem o valor do combustível ressarcido pela APABB.

3 O PROGRAMA DE ESPORTE NA APABB SANTA CATARINA

O PE da APABB trata-se de um programa pioneiro desenvolvido no estado de São Paulo, no ano de 1993. Posteriormente, os estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina¹², também implementaram o programa em seu quadro de atividades. Atualmente, o PE também está presente em outros núcleos como: Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco.

O objetivo do PE é proporcionar aos usuários com deficiência e suas famílias maior interação social, qualidade de vida e inclusão social através de aulas de natação, expressão corporal e atletismo, fundamentando-se nos princípios do esporte educacional¹³. Com a prática esportiva, barreiras são rompidas não só para as pessoas com deficiência que a executam, mas também junto à sociedade que passa a deixar certos estigmas de lado. Nesta perspectiva Rezende (1997, p. 306) ressalta que:

O sentido de espetáculo presente no esporte e na sua máxima de superação dos limites do homem desperta a atenção da sociedade para as pessoas portadoras de deficiência, permitindo, por meio de uma situação informal, que se tome conhecimento do seu potencial, muitas vezes subestimado, para o aprendizado e desenvolvimento de habilidades específicas e, conseqüentemente, desfaça-se a imagem preconceituosa em relação ao portador de deficiência.

Com objetivo de padronizar a metodologia do projeto Movimento em todos os Núcleos Regionais, em 2011, a APABB ofereceu um curso de 30 horas com o Instituto Esporte & Educação (IEE) para todos os técnicos de esporte.

A partir deste curso, o conceito de esporte educacional foi implementado no PE, pautando-se em alguns objetivos elencados pelo IEE, como: operar pelo respeito à diversidade; uma pedagogia construtiva, desafiadora e reflexiva; ampliar a

¹² Em Santa Catarina o PE teve início em outubro de 2001

¹³ O conceito de esporte-educação ou esporte educacional surge a partir da Carta Internacional da Educação Física, elaborada pela Unesco, que renovou os conceitos do esporte em função da reação mundial pelo uso político do esporte durante a Guerra Fria.

cultura esportiva; educar para a autonomia; integração social; o desenvolvimento psicomotor e trabalhar as capacidades e competências de cada aluno.

O esporte educacional de acordo com a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que instituiu normas gerais sobre desporto e outras providências, classifica:

Desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (BRASIL, 1998)

A partir deste panorama, a APABB desenvolve com seus alunos, atividades esportivas, trabalhando junto às pessoas com deficiência de forma diferente. A competição não é o foco, à medida que todos são ensinados a desempenhar as funções, respeitando seus limites e o tempo de aprendizado, baseando-se em brincadeiras de cunho lúdico. Ao final, o objetivo é que todos consigam praticar o esporte como deve ser, conhecendo o que é ou não permitido.

No NR SC, as atividades do Projeto Movimento acontecem em instituições parceiras, sendo que durante o ano de 2012, as atividades ocorreram na Academia I Can Gym e no CEFID/UDESC, caracterizando os seguintes pólos de atividade:

a) Projeto Movimento Academia:

Local: Academia I Can Gym (próximo ao Hospital Regional de São José)

Dias e horário: todo sábado das 8:30h as 11:00h.

Atividades desenvolvidas: natação e expressão corporal

Mensalidade: R\$ 70,00 (setenta reais)

Nº de alunos: 24

b) Projeto Movimento Atividade Aquática:

Local: CEFID/UDESC (Coqueiros) – Piscina Esportiva.

Dias e horário: 2ª, 4ª e 6ª-feira das 13:40h as 15:00h

Atividades desenvolvidas: atividade aquática e iniciação a natação

Atividade gratuita.

Nº de alunos: 17

c) Projeto Movimento Natação:

Local: CEFID/UDESC (Coqueiros) – Piscina Esportiva.

Dias e horário: 2ª, 4ª e 6ª-feira das 14:30h as 15:50h

Atividades desenvolvidas: natação para alunos que já tenham vivência em natação.

Atividade gratuita.

Nº de alunos: 14

d) *Projeto Movimento Terapêutico:*

Local: CEFID/UDESC (Coqueiros) – Piscina Esportiva.

Dias e horário: 4ª e 6ª-feira das 16:00h as 18:00h

Atividades desenvolvidas: atendimento individualizado para alunos com mobilidade reduzida

Atividade gratuita.

Nº de alunos: 2

e) *Projeto Movimento Atletismo:*

Local: CEFID/UDESC (Coqueiros) – Pista e Campo.

Dias e horário: turma matutina: 4ª e 6ª-feira das 10:00h as 11:00h.

Turma vespertina: 3ª e 5ª-feira das 14:30h as 15:30h.

Atividades desenvolvidas: Atletismo para crianças e adolescentes.

Atividade gratuita e financiada com recurso do FIA (Fundo para Infância e Adolescência).

Nº de alunos: 18

Todos os projetos não são desenvolvidos dentro do espaço físico que a APABB dispõe, contando com parcerias para realizar o projeto. A nomenclatura utilizada para referir-se aos locais de atendimento aos usuários são “Pólos de Atuação”, sendo que o NR SC desenvolveu cinco pólos no decorrer do ano de 2012, como já explicamos anteriormente. Ainda a respeito desses pólos cabe salientar que são locais cedidos para que os profissionais possam semanalmente realizar as atividades propostas. Para facilitar a participação dos alunos e deslocamento, a APABB conta com o mesmo projeto em diferentes locais, propiciando que o aluno possa escolher qual local fica mais fácil o acesso.

Em 2012, o NR SC atendeu 70 alunos com deficiência, entre 7 e 54 anos de idade, sendo 64% adultos e 70% do sexo masculino. Entre eles, 75% apresentam deficiência intelectual, 16% paralisia cerebral e 9% com deficiência auditiva, visual ou física. Esses dados foram coletados a partir do relatório de mensal de dezembro de 2012.

No ano de 2012 os Projetos Movimento contaram com o seguinte número de alunos e a frequência semanal em cada pólo de atuação:

Tabela 2: Número de alunos e frequência semanal em cada pólo de atuação:

PROJETO MOVIMENTO	Nº ALUNOS	FREQUENCIA SEMANAL
Academia – sábado	24	1
UFSC – Segundas, quartas e sextas-feiras	Não houve atividade/ 10 alunos remanejados para Udesc	Não houve atividade/ frequência semanal seria de 3 aulas
UDESC – Atletismo	18	2
UDESC – Atividade	17	3
Aquática- Segundas, quartas e sextas-feiras		
UDESC – Natação- Segundas, quartas e sextas-feiras	14	3
UDESC – Terapêutica- Terças e quintas feiras	2	2

Elaboração própria

Fonte: Dados coletados dos registros da APABB (2012).

3.1 A equipe

Para desenvolver o Projeto Movimento¹⁴, a APABB necessita de profissionais que planejem, executem e avaliem as atividades. Conforme Paes (1996, p. 07)

¹⁴ O projeto propõe a aprendizagem de conteúdos relacionados à saúde, cidadania, cultura e comunidade por meio de Unidades Didáticas, onde são determinados objetivos nos campos conceitual, procedimental e atitudinal, nas fases de diagnóstico, desenvolvimento e avaliação, culminando num processo de aprendizagem.

ressalta, “o esporte deve ser oferecido de forma sistematizado, planejado e elaborado, considerando as possibilidades tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para as transformações sociais.”

A equipe técnica possui uma hierarquia que conta com uma coordenadora de esporte e lazer, onde a mesma é responsável por todo Projeto Movimento em todos os núcleos que ele se desenvolve no topo desta classificação. Todas as ações e metodologias de trabalho passam por essa profissional, graduada em Educação Física.

Em seguida vêm os técnicos de esporte ou técnicos de esporte e lazer, pois existem funcionários que só coordenam o PE, deixando a coordenação do Programa de Lazer para outro colega. Contudo, existem profissionais que são responsáveis pelos dois programas: esporte e lazer. Estes técnicos são formados em Educação Física e são eles que coordenam o programa de esporte em cada núcleo, preparam as unidades didáticas, organizam os demais profissionais que vão trabalhar com os alunos, organizam os festivais e montam a tabela de planejamento para o ano seguinte. O local de trabalho do técnico de esporte é dentro de cada Núcleo Regional e conforme a necessidade ele vai até os pólos de atividades.

O contato diário com os alunos é desempenhado pelos técnicos de modalidades, eles são os professores. Todas as aulas são desenvolvidas com no mínimo um professor graduado em Educação Física, que coordena os auxiliares, que ensina a atividade aos alunos e prepara os relatórios semanais a serem enviados ao técnico de esporte.

Durante as aulas, os professores não conseguem dar atenção e auxílio a todos os alunos ao mesmo tempo, então cada pólo possui auxiliares a fim de colaborar nesse processo. Não existe a necessidade de estas pessoas serem profissionais graduados, sendo que existem auxiliares que são alunos de Educação Física, em processo de formação profissional. O papel deles é fornecer ajuda aos professores, ajuda aos alunos tanto na piscina como fora dela e nos vestiários, por exemplo.

Além destes auxiliares contratados pela APABB, a parceria com as universidades acaba não se resumindo apenas a utilização do espaço físico. Alguns estagiários são fornecidos a trabalharem para APABB, desempenhando a mesma função dos auxiliares.

Com estes profissionais juntos, todas as atividades na piscina são possíveis, onde cada um executa sua função específica, gerando o atendimento a todos os alunos. Ao término de cada aula, uma reunião técnica é feita. Nesta reunião sempre se discute sobre as melhores atividades, o que foi positivo ou negativo naquele dia e qual aluno está avançando ou necessita mais atenção.

Os técnicos de esporte, juntamente com o técnico de modalidade e auxiliares, constroem a unidade didática determinando os objetivos e atividade que serão desenvolvidas nas aulas de determinado período. Ao preparar a aula, utiliza-se de unidades didáticas, que devem ser seguidas pelos professores. Nenhuma aula acontece sem haver uma unidade didática preparada para aquele dia. A APABB segue o modelo de alguns conteúdos vindos de unidades didáticas preparadas pelo IEE. Este instituto:

É uma Organização Civil de Interesse Público, que tem como objetivo implementar a metodologia do esporte educacional em comunidades de baixa renda, norteadas pelos princípios do esporte educacional: inclusão de todos, respeito a diversidade, construção coletiva, educação integral e o rumo a autonomia, desenvolvendo a cultura esportiva com a finalidade de formar o cidadão crítico, criativo e protagonista.¹⁵

Os profissionais da APABB participaram de um curso de trinta horas, em fevereiro de 2011, executado pelo IEE a pedido da APABB sobre esporte educacional. Após esta formação, novos métodos de ensino e aplicação foram discutidos entre os técnicos de esporte, para saber qual seriam as metodologias possíveis de serem aplicadas para a realidade da instituição, de acordo com o perfil dos usuários, por exemplo. A partir deste curso, o conceito de esporte educacional foi implementado no PE.

Os técnicos de esporte da APABB têm como atribuição elaborar e repassar unidades didáticas aos técnicos de modalidade toda semana. Nestas unidades didáticas estão descritas quais atividades devem ser aplicadas, quais são os benefícios e de qual forma elas devem ser realizadas, de modo que os alunos, sem distinções, possam participar. As unidades didáticas possuem conteúdos e objetivos a serem alcançados. Os resultados, as dificuldades e os aspectos facilitadores da atividade também são listadas nestas unidades didáticas. De acordo com a técnica de esporte e lazer do NR SC, Amanda Pacheco Beck (Técnica de Esporte e Lazer

¹⁵ Disponível em: <http://www.esporteeducacao.org.br/?q=instituto>. Acesso em: 10 jan. 2013,

da APABB), as unidades didáticas do PE trabalham os campos conceitual, procedimental e atitudinal, nas fases de diagnóstico, desenvolvimento e avaliação, finalizando em um processo de aprendizagem dos alunos.

3.2 Recursos financeiros e divulgação do programa

A APABB, por se tratar de uma associação sem fins lucrativos, mantém o PE, de maneira parcialmente autônoma, sem cobrar nada de seus usuários. Apenas nas atividades realizadas na academia é cobrada uma mensalidade aos usuários, apesar de contar com um número variável de gratuidades. Cabe salientar ainda que, no ano de 2012 existiam nove alunos bolsistas desenvolvendo atividades esportivas na academia.

Os professores auxiliares, não são contratados em regime de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo admitidos como prestadores de serviço e recebendo por hora/aula trabalhada. Sendo assim, esses profissionais ganham respectivamente pelos dias que dão aulas e não possuem nenhum vínculo empregatício com a APABB. Por não contar com um quadro fixo de funcionários como as outras áreas da APABB, estes profissionais que desempenham as funções ligadas ao esporte acabam tendo muita rotatividade. O profissional que trabalhou em determinada semana, não fica garantido para a próxima semana, podendo haver algum outro compromisso ou problema pessoal o impeça de comparecer na atividade. Apesar disto, atualmente existem muitos professores com atividades regulares, diferentemente do que vinha ocorrendo em anos anteriores.

Os recursos financeiros para arcar com os gastos são provenientes da Sede da APABB em São Paulo, assim como instituições parceiras, prefeituras e universidades, que cedem professores e estagiários para trabalhar na APABB. No ano de 2012, existiam estagiários cedidos pelo Programa de Atividade Motora Adaptada, um programa de extensão da UDESC, assim como professor cedido por uma instituição chamada Associação Catarinense de Esporte Adaptado (ACESA). Em contrapartida, o número de atendimentos que a APABB gera, é somado com os da ACESA, para que ela possa receber a verba do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

A divulgação do PE da APABB é de suma importância, pois ela apresenta a instituição a novos usuários e famílias para que cada vez mais as pessoas com deficiência sejam inseridas. A divulgação se realiza com os informativos enviados

para as instituições parceiras, com a inscrição em editais para captação de verbas vindas pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, por exemplo, o que faz os representantes governamentais terem ciência do trabalho realizado pela APABB e o indicarem. Outros meios de divulgação são a mídia impressa em jornal, folders, banners, camisetas e bonés utilizados pelos alunos.

As redes sociais tão difundidas pelo mundo, também são instrumentos utilizados na divulgação dos serviços ofertados pela instituição em questão. As divulgações de atividades, releases dos eventos realizados durante o ano e fotos, acabam sendo bastante compartilhados na internet.

A parceria com as universidades ajuda muito a divulgar o PE, por se tratar de locais com muita visibilidade na sociedade, onde passa um grande número de pessoas diariamente.

3.3 Academia

Com aulas todos os sábados pela manhã, a APABB realizou atividades em uma academia localizada no bairro Praia Comprida em São José, SC. No ano de 2012, o pólo de atividades da academia atendeu 24 alunos, sendo nove com gratuidades. Os alunos chegavam por volta das oito horas da manhã e permaneciam na academia até as onze da manhã. A mensalidade para os pagantes já contava com desconto. A utilização do espaço físico da academia não era cobrada com um valor específico por mês, contudo os proprietários pediam em troca, litros de cloro para conservação da água.

Devido nossa experiência, em determinados sábados durante a atividade, podemos entender sua lógica e analisá-la. Logo ao chegar até a academia, os alunos aguardavam um pouco até chegar todos os colegas e professores. Um microônibus do Centro Educacional São Gabriel (CESG), instituição que acolhe pessoas com deficiência, localizado no bairro Roçado em São José, também levava os alunos para desenvolver as atividades. Para facilitar o trabalho dos professores e para que todos os alunos pudessem participar da melhor forma possível, o grupo sempre era dividido em dois. Após a divisão, um grupo ia para os vestiários se trocar e entrar na piscina, enquanto outro fazia aquecimento para atividades no solo. Esta atividade no solo conta como um aquecimento e recreação. Jogos, brincadeiras com música e bola são utilizados para trabalhar os movimentos corporais e incentivar

todos a participarem. Na sala, há um grande espaço livre, com espelhos ao redor, aparelho de som, colchonetes, bolas e bambolês. É com estes utensílios, que os professores trabalham a questão corporal, comportamental e de relaxamento dos alunos. A música sempre foi muito bem aceita pelos participantes, sendo que em sua grande maioria todos gostavam de dançar e imitar os colegas. Esta relação entre as pessoas com deficiência e o gosto pela música é comentado pela musicoterapeuta Luciana Steffen, que diz:

A música é de grande importância para as pessoas com deficiência, pois pode amenizar ou até resolver suas dificuldades, como as de expressão, comunicação, socialização e motora, quando estas existem. A dificuldade em alguma das áreas sensorial, emocional e/ou intelectual prejudica as outras áreas, pois estão todas interligadas. A melhor maneira de desenvolvimento é integrar todas as áreas e a música oferece experiências que estimulam todas elas ao mesmo tempo, desenvolvendo assim mente, corpo e emoção e ampliando os limites físicos, sociais ou mentais que a pessoa possui¹⁶

Através destes instrumentos, a atividade de solo também se tornava um atrativo aos sábados pela manhã, para os alunos da academia, apesar de que para maioria a piscina era o momento de maior participação. Antes de entrar, todos guardavam seus pertences e trocavam de roupa nos vestiários, tomavam uma ducha e entravam na piscina. Os estilos de nados trabalhados não se limitavam a um específico, portanto, o nado *crawl*, peito, costas e borboleta eram trabalhados.

Alguns objetos específicos para piscina eram utilizados como flutuadores, bóias, pranchas para natação, além de bolas. Através destes utensílios ou sem, todos tentavam atravessar a piscina nadando. Uns com mais dificuldades, outros com menos, mas no término, todos conseguiam se deslocar. Os professores sempre se mantinham dentro da piscina e atentos aos alunos.

3.4 Atividade Aquática e Natação

Com a frequência de três vezes na semana, os usuários inscritos na Atividade Aquática UDESC ou na Natação UDESC, realizavam aulas na piscina semi olímpica do Cefid, localizado no bairro Coqueiros, em Florianópolis. No ano de 2012, foram atendidos vinte e dois alunos, com as mais variadas deficiências. Nenhum valor era

¹⁶ (Disponível em: <http://espacodomquixote.blogspot.com.br/2010/12/importancia-da-musica-na-vidas.html>. Acesso em: 08 de jan. 2013)

cobrado pelas aulas. Qualquer pessoa com deficiência, que comprovasse estar apto para realizar aulas dentro da piscina, podia freqüentar. Nenhum critério de renda era estipulado. A idade mínima para participar era 7 anos, sem limite máximo. Os alunos chegavam sempre às 13h45min e permaneciam na atividade até as 15 h, todas as segundas, quartas e sextas feiras. No caso da natação das 14h45min às 16h as atividades eram desenvolvidas nos mesmos dias da semana. A diferença entre a atividade aquática e a natação, se dava pela questão de saber ou não nadar. Os alunos que procuravam a APABB já sabendo nadar iriam para turma de natação, já os que não sabiam eram ensinados na atividade aquática.

Seguindo os mesmo moldes da atividade na piscina da academia, os alunos primeiramente se dirijam aos vestiários, trocavam de roupa, tomavam um banho de ducha e entravam na piscina. Por se tratar de uma piscina maior, mais pessoas eram atendidas e mais profissionais trabalhavam nas aulas. Os pais ou responsáveis, na maioria das vezes, conduziam os alunos até o local e, os que possuíam maior mobilidade iam sozinhos. No pólo de atividades na UFSC, não foi possível realizar atividades na piscina no ano de 2012, primeiramente pela questão da reforma desta, que durou o primeiro semestre de 2012 todo e segundo, devido à greve de professores, que também impossibilitou a realização de atividades.

3.5 Movimento Terapêutico

Este trabalho é realizado de forma diferenciada. Trata-se de alunos com mobilidade física reduzida e que fazem uso de cadeiras de rodas. Todos os participantes necessitavam e possuíam um professor *personal*. Desta forma, durante toda a aula, o professor trabalhava especificamente com aquele aluno. Por este fato o número de atendidos era baixo, necessitávamos ter três professores naquele horário.

A piscina onde eram feitos os atendimentos também era especial. A piscina era específica para atendimentos deste molde. Contudo, a atividade não se tratava de uma sessão de fisioterapia¹⁷, como muitos pais, às vezes, achavam quando procuravam este tipo de atendimento.

¹⁷ A instituição era bastante procurada por familiares que gostariam de realizar sessões de fisioterapia.

3.6 Os benefícios da atividade esportiva para pessoas com deficiência

É comprovado e cada vez mais divulgado os benefícios de praticar esportes, fato que impulsiona pessoas no mundo todo a recorrerem a diferentes modalidades esportivas. Algumas pessoas podem pensar que a atividade física para pessoas com deficiência não seja tão importante. Todavia, compreendemos que nenhuma deficiência deve limitar ninguém de praticar esse tipo de atividade. Conforme Teixeira (2008, s/p.):

A atividade física auxilia o indivíduo a proceder em casos de mudanças bruscas de direção, melhora sua percepção para evitar quedas e desequilíbrios, e favorece o convívio social, ajudando-o na troca mútua de experiências e, também, na elevação da qualidade de vida.

Existem diversos modos e adaptações para isto. A maioria dos esportes conta com adaptações que permitem pessoas com deficiência desfrutarem dos ganhos. O sedentarismo, que trás malefícios a saúde de pessoas sem deficiências, são os mesmos ou mais degradantes em pessoas com deficiência. Noce (*apud* Haddad et. al. e Silva, 2009, p. 2), destacam:

Os deficientes físicos, da mesma maneira que população em geral, alteram os seus hábitos de vida, tornando-se mais sedentários. Essa condição implica, além de uma série de problemas (p. ex.: intolerância à glicose; maior prevalência de aterosclerose), normalmente, aumento da obesidade, tornando o indivíduo mais suscetível às diversas enfermidades. Mello *et al.*⁽⁶⁾ observaram que, na maioria da vezes, os deficientes físicos iniciantes de um programa de atividade física têm como características depressão e distúrbios do sono.

Percebíamos sempre que a maioria dos alunos gostava muito das aulas, se por algum motivo não houvesse aula em determinado dia, eles reclamavam. Até mesmo os alunos que iniciavam a atividade sem gostar muito, em questão de pouco, tempo passavam a gostar.

Podemos justificar este interesse deles por vários fatores. Primeiramente, pela equipe técnica que é bastante comprometida com os objetivos da atividade e pela receptividade com que eles tratam todos os alunos. Neste quesito, abrimos um parêntese, para destacar a seguinte observação: a aproximação é maior das meninas com os professores do sexo masculino e dos meninos com as professoras do sexo feminino, talvez, em nossa interpretação, por questões de sexualidade,

identificação ou simplesmente por gostar. Muitas pessoas pensam que pelo fato de uma pessoa possuir deficiência, a mesma não possui sexualidade, crença que não condiz com a realidade que conhecemos.

A confiança que aos poucos eles foram adquirindo com os profissionais foi outro determinante. Os alunos ao sentirem confiança nos professores, participavam mais das aulas e tentavam fazer o que era proposto. Muitos chegavam com medo de por a cabeça dentro d'água ou de se locomover na piscina e ao confiarem nos professores passavam a tentar. Os pais também confiavam no trabalho desenvolvido pela APABB e, em conversa com muitos deles relatavam acerca da credibilidade na instituição e nos profissionais que trabalham nela. Sendo assim, os responsáveis comentavam que eram poucos locais em que conseguiam deixar seus filhos sem preocupação com o tratamento aplicado. Ao ingressarem na APABB, buscarem informações e conhecerem o trabalho, percebiam que as atividades eram sempre realizadas em local seguro, os professores capacitados e com experiência na área de pessoa com deficiência.

Outro fato que leva os alunos a gostarem bastante das aulas se dá pelo contato com outras pessoas com deficiência. Ser “diferente” é algo que eles sentem, muitas vezes, nos locais em que frequentam. Pessoas olhando de forma preconceituosa ou pessoas muito distintas do que eles se vêem fazer com que sintam estranheza e incomodo. Por este motivo, também estar em contato com pessoas com as mesmas deficiências ou com outras deficiências os fazia sentirem mais a vontade, perceber que nem sempre suas limitações são as maiores, do que as dos seus colegas.

Sendo assim, Angelini (apud Cardoso 2010, p. 1), enfatiza que “vários indivíduos podem realizar a mesma atividade por motivos diferentes”. O bem estar físico, de estarem fazendo um trabalho corporal, dentro da piscina, de forma a se divertir e interagir com os colegas entra como outro fator motivador. Os alunos saiam mais tranquilos, os exercícios trabalhavam muitos membros do corpo, fazendo alongamentos, trabalhando equilíbrio e a resistência física. Conforme Campion (2000, p. 5), os benefícios físicos reais são:

Concomitantemente com a grande influência sobre os sistemas de regulação térmica, a água, também, apresenta grande significado na melhoria do sistema circulatório e coração, pois a pressão e a resistência

exercidas pela água sobre o corpo, juntamente com esforço exigido na execução dos movimentos agem diretamente sobre o sistema, uma vez que provoca o aumento do metabolismo, promovendo o fortalecimento da musculatura cardíaca, o aumento do volume do coração e uma consequente melhoria no sistema circulatório, já no sistema respiratório provocará o fortalecimento dos músculos respiratórios, aumento do volume máximo respiratório e consequente melhoria, também na elasticidade da caixa torácica.

A questão da independência na hora do banho é outro dado que demonstra resultado positivo, assim como a responsabilidade com horários. Os pais sentiam mudanças em seus filhos à medida que esses compreendiam que deveriam almoçar mais cedo e preparar sua mochila com as vestimentas adequadas, nos dias em que tinham aula. O comportamento dos alunos passava a ser mais regrado, pois a prática esportiva era ligada a um aprendizado que continha regras específicas.

Os alunos foram bastante beneficiados, pois com os exercícios físicos, eles passaram a trabalhar o corpo e a mente. *Campion (2000, p. 97)* também argumenta que:

Aliviar o estresse sobre as articulações que sustentam o peso do corpo, auxiliando no equilíbrio estático e dinâmico, propiciando dessa forma maior facilidade de execução de movimentos que, em terra seriam muito difíceis ou impossíveis de serem executados.

Aumentarem o número de amigos, treinarem suas aptidões para atividades na piscina e trabalharem a respiração embaixo d'água, quase sempre foi um desafio e superação para cada um e motivo de orgulho e sentimento de capacidade para lidar com situações novas. De acordo com *Guedes (1995, s/p)*, “a prática regular contribui para a melhoria das capacidades físicas, da auto-estima, da imagem corporal, do auto-conceito, das funções cognitivas e de sociabilização, na diminuição do stress e da ansiedade e na diminuição do consumo de medicamentos.”

3.7 A intervenção do Serviço Social na área da pessoa com deficiência

As pessoas com deficiência, conforme já citado, sofreram vários tipos de preconceitos sociais, desde os primórdios. Após os anos 1960, o grande número de instituições especializadas no atendimento à pessoa com deficiência foram aumentando. A APABB, como uma das pioneiras em São José, SC, sempre contou com Assistentes Sociais em seu quadro técnico.

Por tratarmos neste trabalho mais especificamente do PE, é importante descrever como acontece à chegada do usuário até a instituição e como o Serviço Social o encaminha para o PE e seus profissionais.

Ao chegarem até as Assistentes Sociais e estagiárias de Serviço Social da APABB, o usuário ou seu responsável realizava uma entrevista, na qual se pergunta diversas questões, de modo a buscar o máximo de informações para o preenchimento do prontuário. Nesse momento, buscamos informações básicas como endereço, escolaridade, sobre o comportamento da pessoa, seu diagnóstico, entre diversas outras. Lewgoy (2007, p. 235) destaca que “é na entrevista que uma ou mais pessoas podem estabelecer uma relação profissional, quanto quem entrevista e o que é entrevistado saem transformados através do intercâmbio de informações”.

Um estudo sócio econômico também era providenciado, pois com seus dados, as Assistentes Sociais podem definir, por exemplo, se determinado usuário obterá ou não uma gratuidade na academia (o critério para fornecer gratuidades na academia e nos eventos de lazer é o estudo socioeconômico). Este estudo conta com informações sobre a moradia, renda familiar e se o usuário recebe algum benefício assistencial, como BPC¹⁸.

Como papel do Serviço Social, além do acolhimento, da apresentação da instituição e de seus programas e projetos, fica a cargo da Assistente Social explicar a dinâmica do PE, informando seus dias, horários, além de agendar uma aula experimental para que os professores possam avaliar em qual atividade o usuário iria se encaixar melhor. Após ser encontrado o melhor dia para praticar a atividade, as vestimentas adequadas, orientávamos a família a levar o usuário até o local, acompanhar este primeiro dia, conversar com os professores e verem se o aluno gosta desta nova atividade que iria ser incluída na sua rotina. Neste primeiro dia ou se for necessário nos próximos também, a Assistente Social permanece junto no período de atividades.

Com o ingresso desta nova pessoa no Programa de Esporte, o Serviço Social, apesar de já estarem incluindo novos alunos continua mantendo contatos telefônicos para saber como esta a adaptação, se alguma dúvida existia. Era

¹⁸ Conforme o artigo 2º inciso V da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), o Benefício de Prestação Continuada representa a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

frequente casos de famílias que desejavam se manter dentro dos vestiários auxiliando seus filhos/parentes. Cabia então ao Serviço Social entrar em contato com estas pessoas e novamente explicar a questão da autonomia do aluno. .

Os professores e auxiliares sempre se dividem, os homens entram nos vestiários masculinos e as professoras entram nos vestiários femininos para prestar toda ajuda necessária aos alunos, contudo trabalhando aos poucos autonomia de cada um. A autonomia do aluno era algo trabalhado pela equipe da Apabb diariamente, com a percepção dos professores e auxiliares a cada aula o aluno era incentivado. Muitos dos alunos nunca tomaram banho sozinhos, não sabiam lavar-se adequadamente, sendo assim os professores ensinavam, ajudavam os que possuíam mais dificuldades, mas com o tempo muitos avançavam. Sasaki relata:

O grau de autonomia resulta da relação entre o nível de prontidão físico-social da pessoa com deficiência e a realidade de um determinado ambiente físico-social. Por exemplo, uma pessoa com deficiência pode ser autônoma para descer de um ônibus, atravessar uma avenida e circular dentro de um edifício para cuidar de seus negócios, sem ajuda de ninguém nesse trajeto. Uma outra pessoa com deficiência pode não ser tão autônoma e, por isso, necessitar uma ajuda para transpor algum obstáculo do ambiente físico. Tanto a prontidão físico-social como o ambiente físico-social podem ser modificados e desenvolvidos.¹⁹

Esta afirmação podia ser facilmente percebida nos vestiários, no ambiente físico-social em que os alunos praticam as atividades do PE. Muitos alunos foram desenvolvidos e aumentaram seu grau de autonomia fazendo coisas que até então pareciam distantes de sua realidade.

Em atendimento aos familiares, diversos relatos que seus filhos nunca haviam entrado em um vestiário sozinho, lavado seu rosto, cabelo sozinho, por isto nunca conseguiriam. Esse era um desafio, trabalhar com os responsáveis dos alunos, que era possível aumentarmos a independência do aluno neste quesito. Obviamente nenhum pai era impedido de entrar com seu filho e ajudar, porém, o Serviço Social sempre chamava-os para conversar, explicar a importância de tentarmos e buscávamos a conscientização da família. Conforme Aranha (2004): Sabe-se, entretanto, que as famílias têm permanecido, historicamente, numa posição de dependência de profissionais nas mais variadas áreas do conhecimento, no sentido

¹⁹ Disponível em: <http://cadeirando.blogspot.com.br/2012/01/empoderamento-autonomia-independencia-e.html>. Acesso em: 15 jan. 2013.

de receberem orientações de como agir em relação às necessidades especiais de seus filhos.

Muitos pais ao dialogar conosco demonstravam receio, mas acabavam por concordar que os alunos necessitam ganhar autonomia, pois eles contam com a ajuda dos pais, mas se vierem a ficar sozinhos, por motivo de falecimento dos pais, irão conseguir viver melhor.

Sendo assim, sempre mantínhamos contato com determinada família, que estava passando por estes momentos e também com os professores. Eles tentavam sempre nos dar informações de como estavam cada caso, e de como era a metodologia aplicada aos alunos e seus desenvolvimentos. Bartalotti ressalta:

Para haver aprendizagem e, conseqüentemente, desenvolvimento, é preciso que ocorra uma mediação que leve em conta o processo daquele sujeito a quem se pretende ensinar, sabendo que aprendizado não compreende apenas cognição, mas outros aspectos, tais como a motivação, a afetividade, as habilidades, os interesses. A 'boa mediação' é aquela que se adianta ao desenvolvimento; não se volta, portanto, a aspectos do passado daquele que aprende, concentrando apenas no que não pode ser feito; ao contrário, considera e incorpora, na prática pedagógica, a avaliação das dificuldades, de modo a organizar o processo de desenvolvimento. (BARTALOTTI, 2004, p. 58).

Com o passar do tempo percebíamos, em quase todos os casos, respostas positivas quanto a este trabalho entre pais, filhos e professores. A equipe técnica comentava sobre a posição dos pais, que permaneciam mais afastados dos vestiários e confiantes no trabalho da equipe, assim como recebíamos agradecimentos familiares. Estes pais relatavam a autonomia adquirida não só dentro do espaço físico da APABB, mas em casa também. Desse modo, a família passava a eliminar aos poucos aspectos relacionados à super proteção e as pessoas com deficiência foram se mostrando capazes de desenvolver suas atividades com maior autonomia.

O Serviço Social da Apabb procurava sempre estar presente em determinados eventos, como os festivais de natação. Nestes momentos era possível resgatar muitas demandas que não sabíamos que existia. As famílias participam em grande número, por se tratar de um dia festivo, todos estão alegres, bem receptivos e dispostos a conversar. Apenas um contato, no primeiro dia em que a família vai até o núcleo não é suficiente para entender e observar a lógica daquele grupo familiar. Quando obtemos a oportunidade de compartilhar mais com aquela família,

muitas vezes entendemos certos desafios encontrados pela pessoa com deficiência. São nestes momentos de aproximação com o usuário que conseguimos tratar algumas demandas.

Somente a partir de uma análise conjunta podemos ressignificar espaços, pensar coletivamente alternativas de enfrentamento, redescobrir potencialidades, associar experiências, buscar identificações, dar visibilidade às fragilidades para tentar superá-las, desvendar bloqueios, processos de alienação, revigorar energias, vínculos, potencial organizativo, reconhecer espaços de pertencimento (PRATES, 2003, p. 56).

O trabalho na APABB por ser interdisciplinar, proporciona aos Assistentes Sociais e aos Professores de Educação Física, trocas de informações muito grandes. O Serviço Social tem como premissa respeitar o sigilo que lhe é atribuído no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, conforme relatado no capítulo 5, artigo 16:

O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” mas não deixando de relacionar-se com a outra área conseguia avançar nas demandas existentes (BRASIL, 1993).

Para Melo e Almeida (1999), a interdisciplinaridade é um desafio para o exercício profissional e apresenta diversas possibilidades de atuação do Serviço Social nos novos espaços educacionais. Quando era repassada alguma informação, como desmotivação, apatia, de algum aluno, que normalmente tinha comportamento diferente, procurávamos ir até o pólo de atividades para conversar com os professores e observar o aluno, além de convidar a família a ir até o NR SC, para que fosse buscado descobrir o porquê da mudança. Durante a prática esportiva, era comum, desde o início perceber a personalidade do aluno, haja vista a sua resposta aos desafios, limites e dificuldades. Quando este fato se alterava, era motivo de atenção especial aquele caso. Segundo Sarmiento (2005, p. 23), “também é importante observar o que o cliente não diz como, seus silêncios, suspiros, expressões do olhar, ou ainda o ambiente, seus locais de convívio [...]”.

As Assistentes Sociais da APABB, muitas vezes, atuavam para mediar conflitos entre alunos, entre pais e instituição, nos mais variados casos. Por serem a “porta de entrada” de todos os programas e projetos, essas profissionais acabavam se tornando referência, sendo acionadas sempre que necessário.

Para um suficiente desenrolar de cada demanda, era necessário um adequado acolhimento dos envolvidos a partir da escuta qualificada²⁰, mostrar a importância da atividade física aliado ao processo de desenvolvimento e interação social dos usuários.

A formação em Serviço Social capacita o profissional a trabalhar com o usuário e suas realidades sociais, por mais complexas que sejam. O aporte teórico que respalda a ação profissional torna o Assistente Social mais preparado para dialogar com o usuário e compreender a situação em que vivem, muitas vezes, permeada pela falta de acesso aos direitos sociais.

Através da realidade social em que vive aquela família, as assistentes sociais podem buscar o melhor planejamento, com os demais profissionais para atuar em cada caso. Sendo assim, Faleiros (*apud* Baptista, 2007, p. 30) destaca que:

O objeto de intervenção profissional do assistente social é o segmento da realidade que lhe é posto como desafio, aspecto determinado de uma realidade total sobre o qual irá formular um conjunto de reflexões e de proposições para intervenção. Os limites que configuram esse objeto são considerados uma abstração, uma vez que na realidade social o aspecto delimitado continua mantendo suas inter-relações com o universo mais amplo.

Um aluno que vinha faltando diversas vezes na atividade, a princípio, não devia ser julgado como desinteressado ou que a família estivesse deixando de cumprir com suas responsabilidades. Em determinados casos, era preciso entrar em contato com a família e, muitas vezes, apenas pelo contato telefônico, já se identificava demandas em que o Serviço Social precisaria atuar. Problemas de saúde, problemas com a perda de entes familiares e falta de transporte, eram só algumas das barreiras, que muitas vezes impediam a participação de alguns alunos.

Devido à presença do Serviço Social na APABB, estas demandas eram trabalhadas e a orientação às famílias era prestada. Porém, se a instituição não contasse com tais profissionais, muito provavelmente o aluno seria afastado da atividade pelo número excessivo de faltas, contribuindo para o aumento da exclusão da pessoa com deficiência, além de cultivar demandas naquelas famílias que,

²⁰ A escuta qualificada não é a psicologização do Assistente Social, pois ele não está ali para analisar “sentimentos” e, sim, entender o contexto em que o sujeito está inserido como cidadão de direito. Com um olhar sensível, associado à escuta qualificada, o Assistente Social consegue perceber se esse usuário está tendo seus direitos garantidos ou não, sendo orientado para o enfrentamento de outras situações que vão se colocando. (JESUS, 2010, p.20)

muitas vezes, tinham solução rápida, porém o desconhecimento de direitos e serviços disponíveis não permitia.

Desta forma o Assistente Social é o profissional responsável dentro da instituição por esclarecer as dúvidas dos usuários quanto aos seus direitos. O conhecimento sobre as atualizações de decretos, benefícios, ficam sob a sua responsabilidade, pois se necessita que o Assistente Social esteja sempre atualizado.

Entre vários instrumentais que o Serviço Social dispõe as reuniões sempre são um dos grandes aliados. Elas fazem parte do cotidiano do Serviço Social da APABB e nestes encontros era possível discutir os principais casos, elaborar ações em conjunto e rever alguns pontos que não estavam obtendo resultado esperado. De acordo com Sarmiento (2005, p. 40):

[...] a reunião é o estabelecimento de uma dinâmica onde emergem as forças vivas no grupo. As correlações de força vão emergindo a medida em que a realidade concreta vai se revelando e aí se percebe os elementos contraditórios da relação entre as classes sociais e a organização da sociedade.

Essas reuniões tinham diversos intuitos e aconteciam semanalmente entre: Assistentes Sociais, estagiárias de Serviço Social e a coordenadora de esporte e lazer, com objetivo de compartilhar informações advindas das aulas em cada pólo de atividade, a fim de solucionar as demandas. Reuniões administrativas, onde Serviço Social, supervisão administrativa e técnica de esporte se reuniam mensalmente e planejavam eventos, debatiam como estava o funcionamento de cada programa e projeto. Além disso, eram realizadas reuniões entre professores e equipe de Serviço Social, buscando desenvolver e aprimorar a metodologia do Projeto Movimento e extinguir problemas como faltas de profissionais, pontualidade, entre outras. Por fim, havia as reuniões com os pais, outro momento muito importante, ocorrido a cada início de semestre com todos os pais de alunos do PE. As orientações básicas de funcionamento, trajés adequados, benefícios das atividades e as opiniões dos pais sempre eram tratados.

A intervenção do Serviço Social no PE da APABB tratava-se muito mais do que uma área profissional atuando na melhoria do referido programa. É imprescindível que Assistentes Sociais estejam no cotidiano desse atendimento. Os usuários e as famílias possuem necessidades de diálogo, expor seus medos e seus

problemas. É o Assistente Social que faz essa “ponte” entre profissionais que trabalham na prática esportiva e famílias.

Muitos pais gostavam e desejavam estar sempre próximos a piscina durante as aulas. Diante desta permanência, alguns alunos mantinham contato visual com seus pais e tinha certas atitudes muito diferentes de quando não viam seus pais.

Após reuniões com a equipe, os profissionais entenderam que a permanência dos pais, em locais muito próximos a piscina faziam os alunos se dispersarem, algumas vezes não obedecerem às regras e conseqüentemente regredirem. Cabe aos Assistentes Sociais trabalharem esta questão com os familiares e com a equipe também. Conversar com os profissionais mostrando que era natural a família ter necessidades de acompanhar, de ficar o mais perto possível. Uma vez que, além de se tratar de uma curiosidade e alegria ver o aluno à vontade e praticando esporte, existe o medo de estarem em uma grande piscina, acontecesse um acidente, afogamento. Não bastavam apenas os professores pedissem para os pais ficarem mais afastados e achar que resolveria a situação, era importante uma atuação do Serviço Social, para que famílias não fossem culpabilizadas.

A abordagem a família deve ser cuidadosa e sem imposições. O Serviço Social deve conversar e mostrar que, muitas vezes, as pessoas com deficiência possuem atitudes como as crianças, que querem se mostrar aos pais e acabam agindo com intuito de chamar atenção e simular situações. A abordagem social deve ainda demonstrar que todas as ações da equipe possuíam o objetivo apenas de manter o desenvolvimento do aluno, e de forma alguma excluir a família das aulas.

Desta forma, as Assistentes Sociais e estagiárias iam dialogando e apresentando aqueles pais mais resistentes o resultado de permanecerem um pouco mais distantes, de modo que os alunos não os percebessem no local. Com esse tipo de ação, os pais percebiam a postura diferenciada dos alunos, realizando as atividades conforme o proposto.

Eram os diversos instrumentais utilizados pelo Serviço Social que colaboram para o atendimento de todos os que utilizavam o trabalho da APABB. Desde o acolhimento, encaminhamentos realizados e acompanhamento no desenvolver do programa, atrelados a inserção das pessoas com deficiência na prática esportiva, faz com que as Assistentes Sociais da instituição, sejam reconhecidas pelo seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal foco deste trabalho foi apresentar o quão importante é a prática de exercícios físicos para pessoas com deficiência e, nesse sentido, como o Serviço Social é um articulador fundamental. Dentro da APABB, o trabalho interdisciplinar entre Educação Física e Serviço Social proporcionou aos usuários um atendimento qualificado, que sempre buscou aliar os conhecimentos das duas áreas profissionais. De fato, cada profissional com suas experiências e aportes teóricos, puderam contribuir para aprimorar o referido programa. Não se tratava de ações isoladas de cada área, portanto, as tomadas de decisões, mudanças durante a atividade foram decididas, prioritariamente, eram acordadas em conjunto, atestando que o trabalho interdisciplinar, de fato, foi executado. As novas opções de serviços gratuitos para pessoas com deficiência foi outro ganho. Além de não cobrar pelos atendimentos, a APABB, é referência nesta modalidade, conhecida por muitas pessoas com deficiência ou por famílias membros com algum tipo de deficiência, no município de São José e toda Grande Florianópolis (Florianópolis, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, entre outros).

Muitos, especialmente familiares, que acreditavam não fazer diferença uma atividade esportiva para pessoas com deficiência se surpreenderam, pois tiveram, como indicadores de efetivo resultado, o aumento da autonomia daquela pessoa, o senso de responsabilidade com seus pertences e horários, tornando mais independente aqueles que, até então, precisavam de orientação para todas as tarefas que iriam desempenhar. O prazer em realizar uma atividade esportiva trouxe melhorias nos quadros clínicos de depressão, mobilidade, taxas de colesterol, glicemia, entre outros. Estudos bastante antigos, como do médico inglês Sir Ludwing Guttmann, neurologista e neurocirurgião, no ano de 1944, já apresentavam resultados benéficos sobre a prática esportiva e melhorias nos quadros clínicos.²¹ Outros estudos como os realizados pela OMS, por Vinícius Denardin Cardoso, mestre em Atividade Física Adaptada pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, em Portugal, que elaborou o trabalho: *“A reabilitação de pessoas com*

²¹ Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd148/esporte-adaptado-para-pessoas-com-deficiencia-fisica.htm>. Acesso em: 20 jan. 2013.

deficiência através do desporto adaptado". Há bastante tempo, já vêm comprovando estes resultados também.

O atendimento do profissional de Educação Física da APABB, realizado em parceria com os Assistentes Sociais, evidencia ser mais eficaz do que se fosse realizado individualmente. Ambos, capacitados em suas áreas conseguem debater e desempenhar um serviço de acordo com o planejado e chegar a resultados mais precisos. O Serviço Social vem buscando, sobretudo, a inserção das pessoas com deficiência e respostas nas mais variadas demandas da vida de cada aluno. A equipe de Serviço Social mostrava, nas ações, dedicação e compromisso para com os pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão. Por outro lado, o profissional de Educação Física, tinha a premissa de trabalhar os exercícios físicos que mais auxiliam na recuperação ou manutenção do corpo dos que possuem algum tipo de deficiência.

O bem estar físico, a auto estima aumentada, os ganhos nas relações interpessoais e a ultrapassagem de limites, que até então eram impossíveis aos olhos das próprias pessoas com deficiência e seus familiares, são alguns dos quesitos que melhoram a vida dos alunos.

Os sinais no corpo e no comportamento da pessoa com deficiência durante atividades esportivas são alertas aos profissionais envolvidos com o respectivo atendimento para perceberem questões que prejudicam o desenvolvimento destas pessoas. Além disso, o Assistente Social deve identificar outras demandas e buscar alternativas visando à solução das mesmas. Nesse ínterim, compreendemos que lutar pelos direitos destas pessoas é fundamental na busca por uma sociedade com menos preconceito, buscando proporcionar a melhoria do acesso a serviços destinados às pessoas deficiência.

Acreditamos que a maior dificuldade para elaborar o presente trabalho, diz respeito aos aspectos ligados especificamente a Educação Física. Foi necessária uma pesquisa bibliográfica detalhada para encontrar os dados mais atuais sobre resultados da prática esportiva no condicionamento físico dos praticantes.

Alguns aspectos que merecem maior aprofundamento e continuidade de estudo se referem às novas abordagens e metodologias, que o trabalho interdisciplinar dentro do PE da APABB pode avançar. Com a criação de novas modalidades esportivas, novos resultados serão percebidos pelos usuários e profissionais que trabalham neste programa.

Compreendemos que a discussão sobre prática esportiva direcionada as pessoas com deficiência e a intervenção interdisciplinar do Serviço Social e da Educação Física, não se limita aos elementos apontados por essa pesquisa. Nesse sentido, sugerimos a possíveis estudos e pesquisas futuros a realização de uma avaliação sob a ótica dos usuários, de forma qualitativa e quantitativa, sobre o serviço prestado pela instituição, no intuito de ampliar o debate sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AFLODEF. **Folder de divulgação**. 2010.

ANGELINI, A. L. (1973). **Motivação Humana**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

BARTALOTTI, C.C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade**. São Paulo, Paulus, 2006.

APABB. Empoderamento, autonomia, independência e o novo poder. In: **Estatuto Social da APABB**. Disponível em <www.APABB.org.br>. Acesso em: 23 dez. 2012.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Nenhum de nós é tão esperto como todos nós**. São Paulo: PUC/SP, 2004

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Lei nº 8.662, de 07 de julho de 1993. Dispõe sobre a profissional de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1993.

_____. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2007.

_____. **Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**. Decreto Legislativo nº 186, de 09 julho de 2008. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1999.

_____. **Decreto da Acessibilidade**. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

_____. **Decreto do Cão Guia**. Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.

_____. **Lei de Libras**. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

CAMPION, M. **Hidroterapia: princípios e prática**. São Paulo: ed. Manole, 2000.

DANTAS, D. de C. L. **Projeto Caminhando com as Escolas**. APABB-RN. Dezembro 1998.

_____. **Projeto Tratamento Diferenciado na Saúde**. APABB-RN. Abril 2002.

FÁVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2004.

GUEDES, D. P & GUEDES J. E. R. P. **Exercício físico na promoção da saúde**. Londrina: Midiograf. 1995.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do mundo**. Disponível em: <<http://bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

Lei 8.662/93 e Código de Ética/93. Disponível em: <www.cress-sc.org.br>. Acesso em: 24 set. 2012

LEWGOY, A. M. B; SILVEIRA, E. C. A entrevista no processo de trabalho do Assistente Social. **Revista Virtual Textos & Contextos**. N.º 8. Ano VI. Dezembro, 2007.

MELO, A. I. S. C. de et ALMEIDA, G. E. S. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4**: Brasília: NED/Cead – Universidade de Brasília, 1999

NOCE, FRANCO. SIMIM, MARIO ANTONIO DE MOURA. MELO, MARCO TÚLIO DE. A Percepção de Qualidade de Vida de Pessoas Portadoras de Deficiência Física pode ser Influenciada Pela Prática de Atividade Física? In: **Rev Bras Med Esporte** – Vol. 15, No 3 – Mai/Jun, 2009.

Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 9 de dezembro de 1975. Nova York, USA, 1975.

PAES, R. R.; **Educação Física Escolar: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, pp. 07-08, 1996.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Centralização e exclusão social: duplo entrave à Política de Assistência Social. In: **Revista Ser Social**, Brasília, n.3, 1998.

PRATES, J. C. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 6, dez. 2003.

REGIMENTO INTERNO, da APABB. Disponível em: www.APABB.org.br

REZENDE A.L.G. (1997) Esporte e integração social. In: **Brasília: MEC, Anais do 2º Congresso Brasileiro, e 1º Encontro Latino Americano Sobre Síndrome de Down.** (pp. 305-307). Brasília, MEC.

SANTOS, A. F. F. et. al. A linguagem na construção de identidades: o surdo e o Down. In: **Língua, literatura e ensino.** IEL, Unicamp: Campinas, 2007.

SARMENTO, H. B. de M. **Instrumentos e técnicas em serviço social:** elementos para uma rediscussão. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. São Paulo: PUC, 1994.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro, WVA, 1997.

_____. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação,** São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada:** a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

TEIXEIRA, L. **Atividade física adaptada e saúde.** 1. ed. São Paulo: Phorte, 2008. 456p.

WEINBERG, R.; GOULD, D. **Foundations of Sport and Exercise Psychology.** Champaign: Human Kinetics. (1999). <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n2/17.pdf>